

**A Reutilização Solidária em Portugal:  
Projeto de criação de um panorama *online* do setor**

**Andreia Isabel Alves Soares Barbosa**

**Trabalho de projeto no Mestrado em Ecologia Humana e  
Problemas Sociais Contemporâneos**

**Orientador: Prof. Doutor Rui Santos**

**Outubro de 2019**

Use and abandonment are the aquifer through which consumer objects percolate, shedding the taint of mass production and emerging as historied individuals. (Jonathan Franzen, *How to Be Alone*, 2003)

## Resumo

A reutilização solidária em Portugal: Projeto de criação de um panorama *online* do setor

Existem na Europa organizações da economia social e solidária que recorrem à recolha e revenda de objetos descartados (mobiliário, eletrodomésticos, vestuário e mais) como forma de financiar o seu trabalho de benfeitoria social. No contexto do enorme desperdício decorrente do modelo económico produtivista e hiper-consumista em vigor, esta atividade tem o mérito de resgatar recursos do fluxo de resíduos – estando alinhada com a hierarquia estabelecida pela UE, que privilegia a prevenção e a reutilização à reciclagem. O pioneirismo e a eficiência destas organizações em matéria de prolongamento da vida dos recursos, demonstrados por estudos diversos, fazem delas parceiros de eleição na prossecução das políticas europeias de economia circular.

Mas se no espaço europeu existem várias associações nacionais (e uma transnacional) que representam estes atores, obrando pelo seu fortalecimento e reconhecimento, em Portugal o setor encontra-se fragmentado e goza de fraca visibilidade. Da identificação do alto potencial de desenvolvimento da reutilização solidária em Portugal, com benefícios sociais e ambientais, nasceu o trabalho de projeto que o presente relatório documenta. Partindo de dez estudos de caso portugueses e três europeus, foi construído um website ([reutilizaosolidaria.info](http://reutilizaosolidaria.info)) com o objetivo de divulgar conhecimento sobre reutilização solidária, inspirar *stakeholders* e facilitar a colaboração entre os mesmos. Este relatório sintetiza o panorama que emerge dos estudos de caso, enquadrando-o no contexto europeu e filiando essa prática na justaposição entre “Economia Circular” e “Economia Social e Solidária”.

Palavras-chave: Economia Circular, Economia Social e Solidária, Resíduos, Reparação, Reutilização

## Abstract

Solidarity-oriented material reuse in Portugal: A project for an online mapping of the sector

In Europe, a number of social and solidarity economy organizations collect and sell unwanted goods (furniture, electrical appliances, clothes and more) as a means to finance their social missions. Considering the great amounts of waste generated by the current productivist and consumerist economic model, this is a commendable activity, as it promotes prevention and reuse over recycling and, as such, is aligned with the EU waste hierarchy. These

organizations have a long track record in reuse, and are efficient at it, as demonstrated by several studies. Therefore, they are well-placed to assist national and local authorities in the implementation of European circular economy policies.

Contrary to European examples of national and transnational cooperation among social and solidarity economy organizations active in reuse, in Portugal the sector is highly fragmented and enjoys very low public recognition. The project documented in this report – the creation of a website dedicated to solidarity-oriented reuse in Portugal – sprang from the desire to help foster the sector and amplify its environmental and social benefits. The website [reutilizacaosolidaria.info](http://reutilizacaosolidaria.info) builds on Portuguese and European case studies, and is intended as a resource about solidarity-oriented reuse, aiming to inform, inspire and foster collaboration among stakeholders. This report summarizes the state of affairs emerging from the case-studies, connecting it to the broader European context and conceptually placing it at the intersection between Circular Economy and Social and Solidarity Economy.

Keywords: Circular Economy, Repair, Reuse, Social and Solidarity Economy, Waste

## Índice

Introdução	1
1. O paradigma da Economia Circular e Solidária	4
1.1. “Fim do mundo, fim do mês, o mesmo combate”: Uma perspetiva sobre a relação entre crise ambiental e desigualdade	4
1.2. Economia Circular	6
1.3. Economia Social e Solidária	8
1.4. “Economia circular e solidária”	10
2. Plano do projeto	16
2.1. Objetivos	16
2.2. Método	16
3. As organizações da Economia Social e Solidária na gestão de resíduos: políticas, práticas e problemáticas na Europa	22
3.1. Enquadramento	22
3.2. Dimensão e composição do setor da reutilização	24
3.3. Reutilização solidária: identidade de setor	24
3.4. Dimensão ambiental: maior alinhamento do Terceiro Setor com a hierarquia da gestão de resíduos	25
3.5. Dimensão social: proeminência da criação de emprego	26
3.6. Modelos de negócio	27
3.7. Barreiras e oportunidades	27
3.8. Impactos negativos	29
4. O setor da Reutilização Solidária em Portugal	30
4.1. Enquadramento e tipologia	30
4.2. Dimensão social e ambiental	33
4.3. Modelos de negócio	34
4.4. Barreiras e oportunidades para a reutilização solidária em Portugal	36
4.5. Pistas para fortalecer o setor e modelos de colaboração	38
5. O website “reutilizacaosolidaria.info”	40
6. Considerações finais	44
Referências	47

## Índice de quadros

Quadro 1. Guião das entrevistas	18
Quadro 2. Organizações contactadas	19
Quadro 3. Casos internacionais complementares	21
Quadro 4. Sugestões para o reforço da reutilização solidária	38

## Índice de figuras

Figura 1. Relação de reforço mútuo entre Economia Circular e Economia Solidária	14
Figura 2. Tipologia dos atores da reutilização em Portugal	30
Figura 3. Mapa do <i>website</i> reutilizacaosolidaria.info	40
Figura 4. <i>Screenshot</i> da página “Estudos de Caso”	41
Figura 5: A reutilização solidária enquanto terreno de sinergia entre Economia Circular e Economia Solidária	42
Figura 6: Representação visual das possibilidades de colaboração	43

## **Introdução**

Há muitos anos que as lojas de objetos em segunda mão me encantam. Os primeiros encontros com estes espaços quase sempre cheios e caóticos aconteceram quando vivia em Paris e procurei nas lojas da comunidade Emaús alguns móveis e louças para o meu apartamento. Sem querer propor nenhuma metafísica dos objetos usados, a verdade é que encontro uma beleza muito própria nas coleções involuntárias de coisas com e sem valor que se amontoam nas prateleiras – uma fragilidade, um abandono, uma réstia de calor de outras vidas. O ato de consumo tem outros contornos: numa loja de “primeira mão” há uma coerência dos objetos e da sua disposição, uma facilidade decepcionante no encontro com as coisas; por entre a tralha somos caçadores-recolectores numa selva simpática que se importa um pouco menos connosco.

Fui descobrindo, com interesse, outros aspetos subjacentes às operações de revenda de objetos. A comunidade Emaús, criada em França em 1949 pelo icónico Abbé Pierre, está alicerçada nas ideias de autonomia e dignidade que a recuperação de objetos – fonte primordial de rendimentos da organização – oferece aos “companheiros” em situação de carência. Em vez da dependência que a caridade institui, a organização privilegia a competência das pessoas, envolvendo-as numa atividade económica baseada na transformação do refugo dos ricos.

Aprendi a olhar para esta prática enquanto exemplo de economia social e solidária (ESS), descobrindo o “terceiro setor” – todo um universo de atores económicos que operam à margem do Estado e do setor privado lucrativo, providenciando bens e serviços não pelo proveito financeiro mas para promover maior justiça social. Dei-me conta de que a reutilização é uma forma de evitar a produção de resíduos, e de que por isso operações como as da comunidade Emaús têm grande valor ambiental. Mais tarde, a viver na Holanda, assisti a uma espécie de gentrificação de certas lojas de objetos usados, tendência que atribuí por um lado ao grau de profissionalização instaurado por algumas organizações, e por outro à emergência de uma cultura urbana da ecologia e da reapropriação.

Em 2016, de regresso a Portugal, motivada por um interesse crescente na crise ambiental, envolvi-me num projeto associativo que tem por missão promover e aplicar o conceito de economia circular. Conceito prescritivo, a economia circular propõe uma nova abordagem ao fluxo de recursos na economia. Tendo o planeta capacidades limitadas de fornecimento e regeneração de recursos, assim como de absorção dos resíduos pós-consumo e da poluição, os processos de produção e consumo deveriam ser redesenhados por forma a permitir e fomentar a permanência dos recursos no ciclo de geração de valor. Reparar um móvel

ou um eletrodoméstico que de outra forma seriam descartados, ou recolocar no mercado uma peça de vestuário rejeitada, são estratégias de economia circular. Através deste prisma, o trabalho das organizações de recuperação de objetos adquiriu a meus olhos uma dimensão e uma pertinência novas, revelando-se como prática histórica, toscamente negligenciada, daquilo que deveria ser o paradigma económico do futuro.

Expor as corriqueiras lojas de segunda mão à luz da moderna economia circular impôs-se então como desígnio. Tratava-se mais de um impulso empreendedor do que científico; não era a grelha de análise em si que me interessava, mas a expectativa de despertar interesse no público em geral pela compra em segunda mão e, sobretudo, de revigorar as próprias organizações – fazendo-as tomar consciência do papel ambiental que desempenham e convidando-as a agarrarem-no com mais convicção, a bem da própria missão de reinserção social. Foi este impulso que me fez chegar até ao projeto de mestrado que o presente relatório acompanha, ainda que, à medida das leituras e dos contactos com as organizações, tenha acalmado a vontade de transformar – um tanto presunçosa – e dado lugar à simples descoberta.

Estabeleci assim como objetivo traçar um retrato das organizações da economia social que, em Portugal, desenvolvem atividades no âmbito da reutilização e reparação. Esse retrato passaria pela identificação dos principais atores, por uma recolha de materiais junto dessas organizações (dados qualitativos e quantitativos, assim como imagens) e por um *benchmarking* simples, tomando no final a forma de um *website* acessível a todos. A realização do *website* permitiria potenciar a utilidade do dito retrato junto de diferentes públicos. Primeiro, das organizações em si: o *website* constituiria oportunidade de auto-redescoberta, de redescoberta mútua, e serviria de instrumento de comunicação e visibilidade; segundo, junto dos poderes públicos e de outros *stakeholders*: seria repositório de ideias e de parceiros para as concretizar; terceiro, junto dos cidadãos e consumidores, que renovariam o seu olhar sobre estas organizações.

A pertinência deste trabalho de mapeamento e agregação pareceu-me bastante evidente desde as primeiras pesquisas exploratórias. Descobri que em diversos países, na Europa e fora dela, existiam organizações nacionais representativas do “setor da economia social ativa na valorização de recursos”, e que existe mesmo uma associação internacional (a RREUSE, cujos membros são estas associações setoriais nacionais, ou organizações a título individual) que promove o setor, nomeadamente fazendo *lobbying* em Bruxelas e produzindo conhecimento especializado. Nenhuma organização portuguesa está representada na RREUSE, não existe qualquer associação setorial nacional, não vigora sequer uma noção de setor. Gostaria de crer



que o *website*, e este relatório, poderão constituir uma primeira etapa na renovação e afirmação de uma esfera de atividade que, como adiante argumentarei, todos temos interesse em ver crescer.

Este relatório dedica uma primeira secção ao enquadramento conceptual do fenómeno da reutilização solidária, começando por diagnosticar raízes comuns e afinidades de leitura à crise ambiental e à persistência das desigualdades sociais a nível mundial, e introduzindo os conceitos de economia circular e de economia social e solidária como alternativas ao modelo económico tecno-capitalista. A reutilização solidária, enquanto atividade da economia circular realizada por atores da economia social e solidária, situa-se no cruzamento destas alternativas e demonstra potencial para reforço mútuo das mesmas.

Na secção 2, sobre o plano do projeto, refiro-me respetivamente aos objetivos específicos deste trabalho (composto pelo *website* [reutilizacaosolidaria.info](http://reutilizacaosolidaria.info) e pelo presente relatório) e ao método utilizado para os atingir. Na secção 3, traço um panorama da reutilização solidária na Europa, que constrói a base de análise do panorama nacional e enquadra os estudos de caso escolhidos para o *website*. A secção 4 sintetiza os principais resultados dos estudos de caso portugueses à luz das dimensões identificadas na secção anterior. Na secção 5, apresento e comento o *website* [reutilizacaosolidaria.info](http://reutilizacaosolidaria.info), cerne deste trabalho. E por fim, nos parágrafos finais, reflito sobre as aprendizagens deste trabalho de projeto.

## 1. O paradigma da Economia Circular e Solidária

### 1.1. “Fim do mundo, fim do mês, o mesmo combate”: Uma perspectiva sobre a relação entre crise ambiental e desigualdade

As sociedades ocidentais funcionam com base num modelo extractivista e consumista que tem vindo, sobretudo ao longo dos últimos 30 anos (tome-se como referência o relatório Bruntland, publicado em 1987) a ser insistentemente denunciado como insustentável. As consequências visíveis e já amplamente quantificadas deste modelo são as enormes quantidades de resíduos geradas e as consequências da sua gestão (a incineração e a deposição em aterro, a par da simples dispersão no ambiente, geram emissões nocivas para o ar, água e solo) assim como a pressão sobre os recursos naturais, constantemente solicitados para o processo produtivo, e cujas consequências vão da escassez progressiva dos recursos às alterações climáticas, passando pela perda da biodiversidade.

De todos os quadrantes surgem esforços para responder ao “problema complexo” (Rittel e Webber 1973) constituído pelo paradoxo de um modelo económico autofágico, que invalida as próprias premissas do seu funcionamento ao destruir o capital natural de que depende. O paradigma teórico em que se federam muitas destas respostas é o do desenvolvimento sustentável, com os seus três pilares (ambiental, económico e social) e grande preponderância institucional (pense-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas<sup>1</sup>, espécie de matriz orientadora para projetos, políticas e discursos à escala planetária). O desenvolvimento sustentável constitui hoje o *mainstream* do discurso ambiental, enquanto paradigma compatível com *status quo* político-económico. Na sua base está a ideia de que as instituições económicas, políticas e sociais existentes são capazes de internalizar a preservação do ambiente; filho da teoria da modernização ecológica, o desenvolvimento sustentável afirma a capacidade e empenho das instituições da modernidade em abordar os problemas ambientais, e a fazê-lo com as qualidades dessa mesma modernidade: otimismo, fé na ciência e na tecnologia (Seippel 2000).

No entanto, não faltam razões para encarar com cautela as promessas da modernização ecológica. A ideia de crescimento económico ilimitado, por mais verde que se queira mostrar, esbarra na finitude do planeta e dos seus recursos; a anunciada desmaterialização da economia (evolução para a transação crescente de serviços em detrimento de produtos) é invalidada por

---

<sup>1</sup> <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>

análises que constataam a voracidade em recursos materiais e energéticos dessa “servitização”; e os ganhos em eficiência, nas atuais condições de mercado, tendem a resultar num aumento do consumo por via da descida de preços – é o paradoxo constatado por William Stanley Jevons em 1865 (Hoffmann 2015).

A defesa da necessidade do crescimento económico assenta no pressuposto de que esse é o mecanismo mais eficaz para o aumento da prosperidade geral, ideia captada na perfeição pela expressão cara a vários políticos norteamericanos: “*a rising tide lifts all boats*”. Mas como recentemente evidenciado por investigadores como Thomas Piketty, o agravamento das desigualdades é aspeto intrínseco ao modelo capitalista por via do rendimento do capital (cujas taxas são historicamente superiores às do crescimento económico) e da transmissão patrimonial.

É muito comum acreditar-se que as forças naturais da concorrência e do crescimento chegam para nivelar as posições individuais. Porém, no século XX, foram sobretudo as guerras que fizeram tábua rasa do passado e redistribuíram as cartas. A concorrência não garante por si só uma harmonia social e democrática (Piketty 2013).

O mercado concorrencial foi teorizado por Adam Smith e David Ricardo como o mecanismo mais eficaz para o estabelecimento do preço justo e defesa do interesse comum. As nações especializar-se-iam nas atividades em que teriam maiores vantagens comparativas, colocando no mercado maiores quantidades de bens por menores preços, e alargando assim o acesso a esses bens; as empresas, pequenas, estariam perante o mercado em pé de igualdade, combatendo-se a formação de monopólios e a concentração da riqueza nas elites (Korten 1995, Stiglitz 2017).

Na prática, os mercados não funcionam dessa forma harmoniosa nem garantem os benefícios teorizados. Entre outras questões há o problema das externalidades socioambientais negativas: a lógica de mercado incita à minimização dos custos de produção para maximização dos lucros; destruição de ecossistemas, poluição, deslocação de populações, más condições de trabalho, são “custos públicos que se traduzem em ganhos privados” (Korten 1995).

Estas considerações servem para abrir caminho a uma ideia central neste trabalho de projeto: a da imbricação entre crise ambiental e agravamento estrutural das desigualdades sociais, bem captada na formulação do ex-ministro do ambiente francês, Nicolas Hulot: “Fim do mundo, fim do mês, o mesmo combate” (Veillard 2019). Este combate comum, como decorre dos parágrafos anteriores, tem como adversário a lógica económica do capitalismo

globalizado, na qual se inscrevem hoje os processos de produção e consumo da esmagadora maioria das sociedades.

Se o objetivo deste trabalho é criar conhecimento sobre, e dar visibilidade a, organizações do terceiro setor que praticam e promovem a reutilização de bens e materiais, é porque essas organizações oferecem um terreno para observar e avaliar, na prática, a aplicação de lógicas alternativas ao mencionado capitalismo extrativista e destrutivo. Assim, antes de prosseguir é importante convocar os conceitos que servirão de lente de análise.

## 1.2. *Economia Circular*

O conceito de economia circular emergiu recentemente no discurso económico-ambiental, recebendo grande atenção por parte das instâncias governativas nacionais e supranacionais. A partir de 2010, a União Europeia fez um trabalho importante nesta área, publicando uma série de diretivas que em 2015 tomaram o nome de “Fechar o Ciclo – Um Plano de Ação para a Economia Circular”<sup>2</sup> (e que constituiria o quadro de partida para o “Plano de Ação para a Economia Circular”<sup>3</sup> que o governo português lançou no final de 2017). Com Kenneth Boulding (1966) no papel de pai do conceito, e integrando diferentes contributos de diferentes escolas de pensamento (entre outros a Economia de Desempenho de Walter Stahel; a filosofia de design *Cradle to Cradle* de William McDonough e Michael Braungart, e a Ecologia Industrial de Reid Lifset e Thomas Graedel), a economia circular propõe uma alteração do paradigma económico tecno-capitalista por forma a eliminar (tendencialmente) o colossal desperdício que lhe é inerente, e a resolver assim a incompatibilidade estrutural entre atividades económicas e meio ambiente. A ideia de fechar o ciclo dos recursos é central: as atividades de produção e consumo devem ser redesenhadas por forma a permitir e fomentar a permanência dos recursos no ciclo de geração de valor, evitando assim os problemas associados à sua extração (esgotamento, destruição de ecossistemas) e ao seu descarte (resíduos e poluição). A economia circular denuncia a atual “economia linear” que transforma recursos em resíduos, via (sobre-)produção, consumo e desperdício.

Neste desígnio de manter os recursos disponíveis para usufruto das sociedades pelo maior período de tempo possível, as estratégias de reutilização e partilha são centrais. Os dois

---

<sup>2</sup> [http://ec.europa.eu/environment/circular-economy/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/environment/circular-economy/index_en.htm)

<sup>3</sup> <https://dre.pt/pesquisa/-/search/114337039/details/maximized>

conceitos são na realidade duas faces da mesma moeda, remetendo para a possibilidade de utilização do mesmo bem por mais do que uma pessoa. No caso da reutilização há transferência de propriedade (um bem que deixa de ter utilidade para uma pessoa é transferido, com ou sem contrapartida monetária, para outra pessoa que passa a ser o seu dono) ou alteração de finalidade (caso do *upcycling*, do qual é exemplo a transformação de uma garrafa em base de candeeiro). No caso da partilha o bem serve a várias pessoas sem mudar de proprietário, como no modelo da biblioteca em que uma entidade terceira permanece como detentora do bem, ou como no modelo (mais recente) do aluguer de equipamentos *peer-to-peer* proposto pela Rnters<sup>4</sup>, em que um particular pode alugar o seu bem a outros particulares, via plataforma *online*, permanecendo proprietário.

As organizações que são objeto deste trabalho promovem a reutilização, desenvolvendo um trabalho logístico, técnico (reparação) e comercial que permite que os recursos (doados) mudem de mãos. A reciclagem tem mais visibilidade enquanto estratégia de economia circular do que a reutilização, mas em termos de eficiência esta última é muito superior: reciclar é recuar de produto para matéria-prima, perdendo os recursos (energia, água, conhecimento) incorporados num bem e gastando ainda mais recursos para recomeçar o ciclo. A reutilização permite evitar tudo isso.

Afirmo que o conceito de economia circular desafia o paradigma económico tecnocapitalista, ainda que a forma como tem sido apropriado pelas instâncias governativas e pela poderosa fundação Ellen MacArthur (que coordena, a partir de Inglaterra, o desenvolvimento de instrumentos, políticas e experiências na área) tenda a ignorar as dimensões políticas do conceito, em favor das técnicas. Como referem Hobson e Lynch (2016, 20-21), a economia circular ao estilo Ellen MacArthur é implementada através da “adoção generalizada de tecnologia verde e infraestruturas digitais criadas e produzidas por corporações globais” que “constroem voluntariamente redes e alianças colaborativas”. Nesta visão “as instâncias governativas locais, regionais e nacionais funcionam como equipa de apoio, oferecendo incentivos e recompensas às empresas que adotam práticas e modelos de negócio circulares”. “As normas sociais, expectativas e papéis atribuídos a todos nós no âmbito do capitalismo pós-industrial de serviço e consumo”, prosseguem os autores, saem “possivelmente reforçados” do discurso sobre economia circular que tem vindo a tornar-se *mainstream*.

---

<sup>4</sup> <http://www.rnters.com>

Para apreciarmos a verdadeira radicalidade do conceito de economia circular, basta ler o artigo seminal que Boulding escreveu em 1966. O economista americano não utiliza os termos “economia circular” e “economia linear”, mas constrói o seu argumento quanto à inevitabilidade da primeira falando em “economia fechada” ou *spaceman economy* e “economia aberta” ou *cowboy economy*. A *cowboy economy* é a das “planícies ilimitadas, e do comportamento impetuoso, abusador, romântico e violento”, pressupondo recursos ilimitados e tendo como bitola a quantidade de recursos que consegue processar em determinado período de tempo. Já a *spaceman economy* vê a Terra como uma nave espacial (onde nada entra e de onde nada sai) e preocupa-se, não com o metabolismo, mas sim com o *stock* – os recursos disponíveis em determinado momento para usufruto de todos. Boulding assinala o absurdo que constitui um indicador como o PIB, que é a tradução em valor financeiro dos processos de produção e consumo, quando estes processos estão na realidade a destruir o *stock* de recursos. “A medida essencial do sucesso de uma economia”, diz, “é a natureza, dimensão, qualidade e complexidade do *stock* total de capital, incluindo aqui o estado dos corpos e mentes humanas que fazem parte do sistema”. Boulding denuncia os desperdícios associados à “obsolescência programada, à publicidade competitiva, aos bens de consumo de baixa qualidade” e considera que a nossa obsessão com a produção e consumo, em detrimento dos aspetos do bem-estar humano que estão fora desta esfera, “distorce negativamente o processo de mudança tecnológica”. O que eu interpreto como um pertinente alerta quanto à natureza dos avanços tecnológicos, popularmente vistos como essenciais à transição ecológica – se focados em produzir e consumir com maior eficiência, em vez de obrar para a manutenção do bem-estar humano, terão falhado o desafio.

### 1.3. Economia Social e Solidária

A Economia Social e Solidária (ESS) é um conceito dinâmico – porque complexo, em debate aberto, e permanentemente enriquecido por novas práticas – que tem raízes em França e se relaciona com diversos conceitos próximos e complementares como “terceiro setor” ou “setor não lucrativo” (*non-profit sector*, associado à escola americana).

Os dois adjetivos (“social” e “solidária”) indicam à partida uma confluência de abordagens. “Economia Social” remete para uma leitura jurídico-institucional, apontando para a forma jurídica das organizações que compõem essa economia (cooperativas e associações, incluindo associações mutualistas) e inscrevendo-as na história dos movimentos cooperativistas, mutualistas e associativistas de génese operária que no século XIX “propuseram alternativas quer ao avanço do capitalismo, quer às propostas socialistas tendentes

ao Estatismo” experimentando e concretizando “respostas às necessidades sociais imediatas das coletividades” (Parente e Quintão 2014, 17) – por exemplo a venda de produtos a preços acessíveis ou a criação de fundos para a educação ou a utilizar em caso de doença. Para além dos objetivos de suprimento de necessidades que de outro modo não teriam resposta (porque nem o Estado nem o setor privado lucrativo as davam), as organizações guiavam-se por valores tais como a participação democrática dos membros e a autonomia de gestão (Defourny e Laville 2007).

A Economia Solidária pode definir-se como “o conjunto das atividades económicas que estão submetidas a um desejo de praxis democrática em que as relações sociais de solidariedade imperam sobre o interesse individual e o proveito material” (Laville 2005, citado por Defourny e Laville 2007, 81). Liberto da ligação às formas jurídicas históricas que compõem a economia social, o conceito serve de contrapeso à economia social “sobre-institucionalizada” (bancos cooperativos ou cooperativas de produção tão grandes que pouco mantêm do impulso social inicial) e de “porta aberta” para as novas práticas e abordagens que vão surgindo (e que são inúmeras: banca ética, microcrédito, circuitos de comércio justo, clubes de troca, cantinas sociais, etc.<sup>5</sup>). Os autores que convoquei para este segmento salientam também a dimensão política do conceito, enquanto proposta de “projeto de sociedade alternativo” (Parente e Quintão 2014, 39), promovendo a “revitalização da democracia participativa a partir da visão quotidiana e do funcionamento das instituições” (Roque Amaro 2009, 16) e criando “espaços públicos” complementares e alternativos aos instituídos pelo poder político (Defourny e Laville 2007, 81).

Em Portugal, o conceito de Economia Social e Solidária não tem a proeminência discursiva que tem em França (e na Europa). Os portugueses mais estão familiarizados com o estatuto das organizações que a integram – como as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social, nas quais se incluem as históricas Misericórdias) ou as associações de desenvolvimento local – e menos com essa denominação abrangente. Em termos de perceção pública e de identidade, o setor é fragmentado, o que não será de espantar dado o período “adverso e restritivo” que o Estado Novo constituiu para o terceiro setor, com o poder político a querer manter sob a sua alçada todas as iniciativas da sociedade civil (Parente e Quintão 2014, 23).

---

<sup>5</sup> Ver estes e outros exemplos em Roque Amaro 2009.

A rede de investigação EMES<sup>6</sup>, que constitui um importante centro de pensamento da Economia Social e Solidária na Europa, tem trabalhado com o conceito de “empresa social”, propondo uma abordagem por indicadores, a saber: 1) provisão de bens ou serviços (ou seja, a organização desenvolve uma atividade económica); 2) missão social (contribuir para o interesse geral ou de uma comunidade em particular, por oposição aos interesses do capital); 3) governança participativa (aplicação deliberada de princípios democráticos na tomada de decisão) (Defourny e Nyssens 2012). Estes aspetos podem ser vistos como eixos ao longo dos quais as organizações se situam – e não raro, durante a sua existência, se movem – sendo que a ausência de algum deles na organização não é razão para a excluir da “galáxia da empresa social”, como explica Jacques Defourny num recente *podcast* publicado pela EMES (2019). Em Portugal, a figura da empresa social não existe juridicamente, mas a relevância do conceito aqui é académica e não jurídica (o termo é utilizado para designar de forma geral as organizações que operam no espaço da economia social e solidária), e retenho-o como base para abordar as organizações que me proponho estudar.

Às dimensões citadas junto das outras: a do “leque de recursos” (trabalhada também por Defourny e Nyssens) e a da territorialidade. Roque Amaro vê na economia solidária “um projeto territorial, enraizado na comunidade de pertença e contribuindo decisivamente para o seu Desenvolvimento Local” (2009, 23), tal como Jonet (2012, 4), que atribui à ESS “uma relação muito mais estreita com a sua envolvente territorial do que a economia capitalista clássica”, e a apontava, no auge da crise económica e financeira, como contrapeso local à instabilidade global. O leque de recursos refere-se à natureza e proveniência dos recursos que permitem à organização realizar o seu trabalho: capital, voluntariado, doações em género... é característica da ESS (e fundamental à sua identidade e sustentabilidade) uma mistura, em doses variáveis, de diferentes tipos de recursos (Defourny e Nyssens 2012).

#### 1.4. “Economia circular e solidária”

Marylene Sahakian (2016, 205) pergunta “Porque é a Economia Social e Solidária relevante para a Ecologia Industrial?”. Sendo a Ecologia Industrial uma das disciplinas fundadoras da Economia Circular, a resposta é pertinente para o trabalho, que agora segue, de articulação entre as duas economias acima descritas. Na perspetiva da Ecologia Industrial, “as atividades económicas resultam e dependem dos serviços de ecossistema” e por isso o conceito

---

<sup>6</sup> <http://www.emes.net>



de valor tem de ter em conta os recursos ambientais, não podendo ser abordado em meros termos financeiros. Na economia social e solidária, o “interesse pelos comuns e pelo que é comum” prevalece sobre o interesse pelo lucro. Nota a autora que ambos os conceitos “partilham o princípio de que a atividade económica deve estar subordinada a outros fatores” que não o capital, sendo que “a ecologia industrial privilegia a dimensão biofísica e a economia social e solidária privilegia a dimensão social” (Sahakian 2016, 212).

A esta lógica de subordinação, teoricamente partilhada pela Economia Circular (EC) e pela Economia Social e Solidária, juntam-se dinâmicas de reforço mútuo, identificadas na prática, e que constituem argumentos mais convincentes para revelar aquilo a que poderíamos chamar “Economia Circular e Solidária” e prescrever o seu desenvolvimento.

A externalização de custos sociais e ambientais, acima descrita como resultante da lógica capitalista de maximização de proveitos, pode ser contrariada através de instrumentos democráticos como regulamentação, política fiscal e subsídios. A eficiência destes instrumentos esbarra não apenas nas dificuldades em assegurar o seu cumprimento, mas nas permanentes e poderosas dinâmicas de *lobbying* que obram pela proteção de interesses privados, e das quais as instituições são, até certo ponto, prisioneiras (Moreau 2017). Para além disso, e mesmo com um enquadramento legal altamente favorável, certas atividades de economia circular não poderiam sobreviver em contexto de mercado por terem margens de lucro demasiado baixas, nomeadamente devido ao custo do trabalho. A energia proveniente dos combustíveis fósseis, responsável pela produtividade do modelo económico linear, estaria forçosamente ausente do modelo circular, sendo o trabalho humano, recurso renovável, apontado como alternativa – como é, por exemplo, argumentado em *Jobs for Tomorrow: The Potential for Substituting Manpower for Energy*, que Stahel e Reday-Mulvey publicaram em 1981, como lembram Moreau, Sahakian, Van Griethuysen, e Vuille (2017). É aqui que entra a Economia Social e Solidária, enquanto modelo de negócio em que o lucro não é um imperativo e em que a criação de oportunidades de trabalho é, em muitos casos, a principal missão; as condições alteram-se fundamentalmente em relação ao mercado, acolhendo melhor “o desafio das grandes quantidades de materiais e energia dissipados que não podem ser economicamente recuperados” (Moreau et al. 2017, 497), como adiante veremos através de exemplos concretos.

Não é apenas no exemplo das empresas de reinserção laboral (*work integration social enterprise*, ou *WISE*) que, pela abordagem ao trabalho como fim em si, a Economia Social e Solidária se revela terreno favorável à implementação da Economia Circular. Ao eleger a justiça social como valor central, as organizações da Economia Social e Solidária implementam

estratégias de redistribuição e partilha que, contribuindo para a promoção da equidade, têm como consequência uma eficiência acrescida dos recursos. As organizações que recolhem, nos restaurantes e supermercados, excedentes alimentares que de outra forma seriam descartados e os disponibilizam às famílias carenciadas estão a reequilibrar (um pouco) a balança social, partilhando os bens disponíveis<sup>7</sup>; o mesmo se aplica às organizações que doam vestuário, ou ao inovador projeto *Just a Change*<sup>8</sup> que em Portugal se propõe ajudar famílias pobres a reparar as suas casas degradadas, com recurso ao trabalho de voluntários – contribuindo para a preservação do património imobiliário, ou seja para o prolongamento do uso desse recurso.

Também a preocupação com o bem-estar à escala do território, que anima uma série de associações que partilham o nome e a bandeira do desenvolvimento local<sup>9</sup>, é favorecedora de economia circular, através por exemplo da promoção dos circuitos curtos alimentares ou da valorização dos recursos locais (evitando as ineficiências e impactos associados à movimentação dos recursos ao longo de grandes distâncias). Como sintetizam Moreau et al. (2017, 503): “Os princípios de solidariedade formam a ponte para oportunidades de economia circular que de outro modo não seriam custo-eficientes.”

Abordemos agora a “economia circular e solidária” a partir das dinâmicas despoletadas pelo lado dos recursos. É histórica e ubíqua a ligação entre recuperação de desperdícios e remediação das margens da sociedade (Cirelli e Florin 2017, Szaky 2014). Na Europa, da Idade Média até ao século XVIII, o respigo era uma prerrogativa oferecida pelos senhores das terras aos indigentes ou habitantes mais destituídos das aldeias, que eram autorizados a servir-se daquilo que tinha ficado para trás durante as colheitas – espigas, cachos, etc. (Académie Française 2014, King 1992). Nos finais do século XIX, e desta feita nas cidades francesas, aparece a figura do *chiffonnier*, que vive da recuperação e revenda dos desperdícios das famílias burguesas: tecidos para a indústria do papel, peles dos coelhos consumidos ao almoço de domingo para a indústria de curtumes, latas para fazer brinquedos, etc. (Barles 2005). O recurso aos desperdícios alheios para suprimento de necessidades continua a acontecer em larga escala nos países em desenvolvimento: as imagens de pessoas a recuperar alimentos nas lixeiras da Nigéria ou da Indonésia são conhecidas; os *cartoneros* argentinos ou os catadores brasileiros

---

<sup>7</sup> É de notar que em organizações como a ReFood ou a Dariacordar, o objetivo de combater o desperdício alimentar assume tanta importância como o de ajudar quem precisa.

<sup>8</sup> <http://justachange.pt>

<sup>9</sup> As mais dinâmicas associações de desenvolvimento local nacionais fazem parte da Rede Animar ([www.animardl.pt](http://www.animardl.pt))

recuperam materiais valorizáveis, revendendo-os, e a sua progressiva organização em grupos informais e depois cooperativas conduziu a uma forma de institucionalização dessas atividades (Mayor 2016). Com isto pretendo estabelecer que a possibilidade de obter valor suplementar a partir de recursos descartados permitiu organizar esforços de empreendedorismo económico com fins de auto- e entreaajuda, ao longo dos tempos e de diferentes formas.

Em 10 localidades francesas, decorre atualmente um projeto que convoco para esta secção por proporcionar um convincente exemplo da dinâmica que aqui pretendo captar – a da Economia Circular a favorecer e impulsionar esforços de Economia Social e Solidária. O projeto, denominado *Territoires Zéro Chômeurs de Longue Durée* (TZCDL), consiste numa abordagem inovadora à problemática do desemprego de longa duração. Nestas localidades, todos os desempregados de longa duração que assim o desejarem podem aderir, e participar no desenvolvimento de um posto de trabalho sem termo, no seio de uma empresa social que aqui toma o nome de “empresa para o emprego” (*entreprise à but d’emploi*), consistindo numa atividade que vá ao encontro das necessidades do território e das competências e apetências da pessoa a empregar. A “fórmula mágica” do projeto reside na transferência dos subsídios (estatais) de desemprego, que estas pessoas receberiam, para as ditas “empresas para o emprego”, permitindo alavancar o desenvolvimento das mesmas. Em três anos, foram criadas 11 empresas e 700 postos de trabalho. Da articulação entre as “necessidades do território” e as “competências e apetências das pessoas” tem resultado, em 50% dos casos, a criação de atividades ligadas à transição ecológica, como sejam “a venda de frutas e legumes em circuitos curtos, os diagnósticos energéticos, a eco-mobilidade, o fabrico de casas de banho secas, os ecocentros, as lojas de bens em segunda mão” (TZCLD 2018). Por outras palavras, a implementação de estratégias de economia circular como a reciclagem, reparação e reutilização, foi regularmente identificada – ao lado de outras estratégias ambientais – como uma necessidade; e sobre ela se alicerçaram com base na parceria inovadora entre Estado, administração territorial e empreendedores locais, postos de trabalho solidários.

Este projeto constitui também uma aplicação experimental do conceito de *economia contributiva*, da autoria do filósofo francês Bernard Stiegler (que foi um dos mentores do projeto e coordena a sua vertente de investigação académica). Não pretendo justapor um terceiro adjetivo à lógica económica que aqui descrevo; registo o conceito pelo que ele veicula em relação à atividade “trabalho”. O projeto TZCLD tem como mote que “se faltam empregos, trabalho não falta e o dinheiro também não”: emprego e trabalho não são de todo sinónimos, o primeiro constituindo uma relação contratual de troca de competências humanas por salário

(constituindo esse *input* de competências um meio para um fim, que é a produção); e trabalhar é, “antes de mais, aumentar as nossas capacidades, e estas capacidades são aquilo que pode trazer ao mundo uma riqueza que ainda não existe” (Stiegler, 2017). Numa economia contributiva, os indivíduos não dependem de um emprego para poderem contribuir para o bem comum através do trabalho capacitador e criativo, e para terem rendimentos que lhes permitam viver dignamente<sup>10</sup>. Esta visão insere-se numa longa e rica história de debates sobre a essência e o lugar do trabalho numa sociedade ecologicamente sã e socialmente justa (para uma resenha crítica de alguns deles, ver Barca 2011). O trabalho, numa economia circular e solidária, está liberto das obrigações do lucro e é um fim em si.

Figura 1. Relação de reforço mútuo entre Economia Circular e Economia Solidária

Desejo de cuidar dos recursos e do planeta cria laços, oportunidades de trabalho, modelos de partilha



Desejo de justiça social, trabalho como fim em si, ausência da pressão do lucro criam condições para as atividades intensivas em recursos humanos da economia circular

Fonte: Elaboração própria

Philippe Frémaux, editor do jornal *Alternatives Économiques*, sintetiza e prescreve deste modo as sinergias entre Economia Social e Solidária e transição ecológica:

A reconversão – não apenas necessária mas desejável – da nossa economia num modelo mais sustentável, deveria revelar-se favorável ao desenvolvimento da economia social e solidária, e inversamente. Uma sociedade preocupada em reduzir o seu consumo material e em privilegiar o bem-estar dos seus membros daria assim mais espaço aos serviços ao domicílio, às dinâmicas territoriais, aos circuitos curtos, às

---

<sup>10</sup> Sobre rendimento contributivo, ver Stiegler e Kyrou 2016.

energias renováveis, à reciclagem generalizada – atividades em que a economia social está presente e desempenhou muitas vezes um papel pioneiro (Frémeaux 2011).

## 2. Plano do projeto

### 2.1. Objetivos

São objetivos deste projeto de mestrado, materializados no *website* que dele resultou e no presente relatório:

- compilar um panorama da reutilização solidária na Europa, identificando tipos de atores, dimensão, práticas, impactos e tendências;
- identificar as tipologias de atores que em Portugal lidam com bens usados, situando as entidades da Economia Social e Solidária nesse panorama;
- mapear as organizações da Economia Social e Solidária que lidam com bens usados, identificando as de maior dimensão (em termos de cobertura nacional, volume de bens tratados e pessoas envolvidas) assim como exemplos de inovação (ao nível das práticas, dos modelos organizacionais e de negócio);
- dar a conhecer, sob um olhar renovado, estas organizações ao público em geral e em especial aos autarcas e decisores políticos (que podem encontrar nelas aliados para o prosseguimento de políticas públicas);
- proporcionar às organizações da reutilização solidária uma redescoberta à luz da economia circular, e a descoberta das suas congéneres, contribuindo para o surgimento de relações de sinergia que potenciem o equilíbrio ambiental, a solidariedade e o desenvolvimento local;
- sintetizar um retrato do setor da reutilização solidária em Portugal, enquadrando-o criticamente no panorama europeu;
- oferecer ideias para o fortalecimento do setor, a partir nomeadamente da análise dos dados recolhidos junto das organizações portuguesas e das boas práticas europeias identificadas.

### 2.2. Método

A prossecução dos objetivos acima descritos passou pelo estudo de várias organizações (nacionais e europeias), podendo o procedimento que a seguir descrevo ser equiparado à metodologia de *multiple case study* tal como descrita por Yin (2003), adequada para o estudo de fenómenos contemporâneos no seu contexto. Os vários casos podem ser tomados isoladamente mas, como é o objetivo aqui, ser comparados de modo a proporcionar também

um retrato do setor, permitindo identificar características e problemáticas comuns. Assim, procedi da seguinte forma:

- 1) Identifiquei as organizações nacionais relevantes. Uma pesquisa exploratória na internet forneceu os primeiros resultados, e posteriormente, no decurso das interações com estas organizações surgiram outros nomes.
- 2) Identifiquei as organizações europeias relevantes. Uma entrevista exploratória com a RREUSE, complementada com a análise do site da organização, serviu de base para este mapeamento.
- 3) Analisei a informação acessível *online*, com relevância para os relatórios de atividade (quando disponíveis) destas organizações.
- 4) Realizei visitas e entrevistas às organizações portuguesas, presenciais sempre que possível, ou, quando isso foi impossível, por meio de videoconferência, por conversa telefónica ou, em último caso, por e-mail. Num dos casos, a conversa decorreu informalmente, sem apoio de guião, por ter sido realizada numa fase ainda exploratória. Durante as visitas, tirei fotografias para uso no *website*. Nos casos em que não foi possível a visita presencial, solicitei a cedência de fotos pelas próprias organizações. Obtive consentimento oral das pessoas retratadas nas fotografias e nos textos para utilização destes materiais no contexto de um *website*. Pretendo, antes de divulgar o *website*, submeter o resultado final à apreciação destas pessoas e efetuar eventuais ajustes se necessário.

Para operacionalizar a investigação preparei o guião para as entrevistas semi-diretivas que apresento abaixo (Quadro 1).

Conduzi pessoalmente as entrevistas presenciais, telefónicas e por videoconferência, tendo em vista a obtenção da informação sobre todos os tópicos constantes do guião de modo o menos possível dirigido, em forma de “conversa”, não necessariamente na mesma ordem e, sempre que possível, aproveitando o fluxo do discurso das pessoas entrevistadas. Registei a informação através de notas escritas. As entrevistas por e-mail tiveram necessariamente um carácter diretivo, com os tópicos do guião apresentados por escrito na forma de questionário de respostas abertas, respondidas igualmente por escrito.

Quadro 1. Guião das entrevistas

<b>Tópicos</b>
História da Organização
Forma Jurídica
Governança
Número e perfil dos recursos humanos (trabalhadores/voluntários, tipo de contratos, remuneração, mais-valias).
Práticas de gestão
Atividades. Volume de materiais transacionados.
Auto-imagem. Perceções sobre as atividades de reutilização realizadas e sua relação com a crise ambiental.
Relação com outras organizações (autarquias, congéneres, operadores de gestão de resíduos, empresas tradicionais, redes setoriais).
Fontes de financiamento (subsídios, vendas de bens e serviços, outros)
Estrutura de custos e rendimentos. Evolução dos custos e rendimentos da organização ao longo do tempo. Perceção de concorrência.
Formas de apoio social prestado pela organização, resultados.
Dificuldades, desafios e oportunidades.

Os conteúdos discursivos resultantes foram analisados com recurso aos tópicos do guião que serviu de como grelha de análise e categorização. Numa fase posterior, converti alguns dos tópicos em entradas de uma tabela que funciona como uma espécie de ficha técnica das organizações, tendo aplicado essa ficha técnica aos estudos de caso apresentados no *website* (à exceção de dois deles, que trato de forma diferenciada enquanto experiências inovadoras). As informações recolhidas em entrevista e não utilizadas na elaboração das fichas técnicas serviram de base para a elaboração dos textos que as acompanham. Contactei as organizações identificadas abaixo (Quadro 2).

Ao longo deste trabalho, fui-me apercebendo de que o universo da reutilização solidária em Portugal é mais vasto do que inicialmente pensava; regularmente surgiam, no âmbito das entrevistas, nomes de organizações que não tinha ainda identificado.



Quadro 2. Organizações contactadas

<b>Nome</b>	<b>Localização</b>	<b>Interação</b>
<b>BUS</b>	Região de Lisboa	Entrevista presencial
<b>Centro Social de Ermesinde</b>	Valongo, Porto	Entrevista telefónica
<b>Despertar</b>	Nacional	Entrevista presencial
<b>Entrajuda</b>	Nacional	Entrevista presencial
<b>Emaús</b>	Porto e Lisboa	Conversa informal presencial
<b>Exército de Salvação</b>	Porto, Lisboa, Sintra	Entrevistas presenciais (Centro Comunitário Central e Bazar de Chelas)
<b>Humana</b>	Nacional	Questões via e-mail
<b>Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto</b>	Região do Porto	Questões via e-mail
<b>Projeto Amigo /Cáritas</b>	Lisboa, Setúbal, Santarém	Entrevistas presenciais (Cáritas Portuguesa, Cáritas Diocesana de Lisboa e Cooperativa Esperança)
<b>Remar</b>	Nacional	Entrevistas presenciais (Escritório Mem Martins, Loja Lisboa)
<b>Reto à Esperança</b>	Nacional	Entrevistas presenciais (Loja Porto e Centro Reto de Perosinho)
<b>RREUSE</b>	ONG sediada em Bruxelas, membros internacionais	Entrevista por videoconferência
<b>Vintage for a Cause</b>	Porto	Entrevista por videoconferência
<b>WDMI/Ecorefurb</b>	Porto	Entrevista telefónica

Confirmar a prática e avaliar o peso das atividades relacionadas com a reutilização através dos respetivos *websites* revelou-se difícil; as instituições não comunicam necessariamente essa sua vertente. Nas organizações cujos relatórios de atividade não estão publicamente disponíveis, realizei esforços para obter dados relativos ao financiamento e volume de negócios, mas nem sempre com sucesso.

5) Além da própria RREUSE, enquanto organização de cúpula dos atores da reutilização solidária a nível europeu, selecionei ainda mais duas organizações europeias para destacar enquanto estudos de caso no *website* “reutilizacaosolidaria.info”. Parti do universo dos membros da RREUSE (organizações maduras, atualizadas, com capacidade de recursos e interesse em participar na promoção da reutilização a nível europeu). A escolha dos casos obedeceu aos seguintes critérios:

- colaboração e funcionamento em rede como fator de sucesso, e possibilidade de compreender o processo de construção e elementos operacionais dessa rede; isto porque, como adiante exposto, o panorama nacional é pautado pela inexistência de uma cultura de colaboração, quer entre organizações congéneres quer entre as organizações e outras partes interessadas
- diferentes tipos de fluxos de materiais, pois os materiais (ou combinação deles) determinam os modelos de funcionamento
- diferentes modelos de negócio e combinações de receitas, para que todas as organizações nacionais pudessem encontrar convergências e inspiração
- capacidade de conceção e implementação de inovações, ao nível dos processos, serviços, comunicação ou outros.

Os casos escolhidos foram:

- **De Kringwinkel**, rede de Centros e Lojas Circulares na Flandres, Bélgica: Apontado pela RREUSE como o caso mais emblemático de reutilização solidária na Europa, pelo alinhamento e colaboração das partes interessadas e pela imagem de marca com alta visibilidade e credibilidade pública que conseguiu criar.
- **Envie**, França: Organização com 35 anos de história, especializada em resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), funciona como rede de empresas de inserção laboral federadas em cúpula nacional.

Estes dois casos foram analisados apenas com recurso à informação disponível *online* (relatórios produzidos pelas organizações). No primeiro caso, dada a qualidade da informação disponível, não senti necessidade de colocar questões adicionais; no segundo, solicitei uma entrevista mas não obtive resposta.

Compilei ainda, em forma de descrição sucinta com *links*, os casos a seguir elencados (Quadro 3), de entre outros projetos com que me cruzei no âmbito desta investigação:

Quadro 3. Casos internacionais complementares

Nome	País	Descrição
<b>Rediscovery Centre</b>	Irlanda	Centro demonstrativo de economia circular, lidando com quatro fluxos – têxtil, mobiliário, bicicletas e tintas, em espaço sustentavelmente reabilitado (antigas instalações industriais). Componentes de formação e investigação fortes, com ligações à academia.
<b>Koopera</b>	Espanha	Especializada em têxtil, articula as doações efetuadas em 19 Cáritas Diocesanas com diversas atividades de valorização têxtil, incluindo venda em loja e <i>upcycling</i> . Empregando sobretudo mulheres, trabalha também questões de igualdade de género.
<b>ReTuna</b>	Suécia	Primeiro centro comercial dedicado exclusivamente aos artigos em segunda-mão. Gerido pelo município de Eskilstuna com parceiros do setor privado e da economia social e solidária.
<b>- Reclaim Detroit - The Reuse People of America - Deconstruction and Reuse Network</b>	EUA	Reutilização solidária de materiais de construção
<b>Opstuwen Kringloopbedrijven</b>	Holanda	Programa de capacitação para entidades da reutilização solidária
<b>reutilizayevitaco2</b>	Espanha	Calculadora de emissões evitadas através da reutilização, desenvolvida pela AERESS

### **3. As organizações da Economia Social e Solidária na gestão de resíduos: políticas, práticas e problemáticas na Europa**

#### *3.1. Enquadramento*

A União Europeia tem desenvolvido esforços no sentido de promover a economia circular dentro do seu território. Em 2011 lançou o “Roteiro para uma Europa Eficiente na Utilização de Recursos”, que oferece pistas para o aumento da produtividade dos recursos e para a dissociação entre crescimento económico e uso de recursos e impacto ambiental (CE 2011). Em 2015 foi a vez de “Fechar o Ciclo: Plano de Ação da UE para a Economia Circular”, que pôs a tónica no prolongamento da vida útil dos bens, na promoção de padrões sustentáveis de consumo e na redução da produção de resíduos (segundo Miller, McGloughlin, Gaillot, e Connolly 2017).

Neste contexto, a importância atribuída à reutilização como estratégia de economia circular tem vindo a aumentar. Até há bem pouco tempo, a reutilização e a reciclagem eram abordadas em conjunto. Ainda que diferenciando e hierarquizando os conceitos, a Diretiva-Quadro de Resíduos estabelecia metas de “preparação para reutilização e reciclagem”, sendo irrelevante em termos de obrigações dos Estados-membros qual o peso de cada uma nos respetivos desempenhos. A última revisão da diretiva, em 2018, separou finalmente os dois conceitos. Os Estados-membros têm até 2020 para transpor para a sua legislação a obrigatoriedade de monitorizar e medir a reutilização e as atividades de preparação para a reutilização, sendo que até 2024 a UE poderá vir a adotar metas para as mesmas (RREUSE 2018). Outra evolução importante do enquadramento diz respeito aos têxteis. O pacote normativo para a economia circular (“Fechar o Ciclo”) estabelece a obrigatoriedade de assegurar a recolha seletiva de têxteis em todos os Estados-membros até 2025 e introduz a possibilidade de a UE criar, até 2024, metas de reutilização e reciclagem para este fluxo (EPRS 2019). É de assinalar o caso de Espanha, pioneira ao estabelecer em 2016 a meta de 2% de reutilização para têxteis, mobiliário e equipamentos elétricos e eletrónicos.

Em Portugal vigora, no seguimento da transposição da diretiva europeia correspondente, o princípio da Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP). Este princípio “confere ao produtor do bem/produto a responsabilidade por uma parte significativa dos impactes ambientais” do mesmo ao longo do seu ciclo de vida (produção, comercialização, consumo e pós-consumo). No que diz respeito aos impactos pós-consumo (fim de vida do produto), a concretização deste princípio pode assumir diversas formas, a mais expressiva sendo a

delegação da tarefa de gerir fluxos de resíduos específicos numa entidade gestora, mediante transferências financeiras. Em Portugal, os fluxos assim geridos são as embalagens, pneus, óleos minerais, equipamentos elétricos e eletrónicos, veículos, pilhas e acumuladores (APA 2019). Como acima indicado, o têxtil pode vir a integrar esta lista, por decisão da UE, e essa evolução está já a ser discutida em Portugal. França já o fez e avançou inclusive para outras fileiras como o mobiliário: está já em vigor, no âmbito da RAP, a transferência para entidade gestora de uma “*eco-participation*” por cada móvel colocado no mercado (Vernier 2018). O princípio da RAP é muito meritório mas pode ser contraprodutivo para as organizações da economia social e solidária, que deixam de ter acesso aos fluxos de resíduos entretanto desviados para as entidades gestoras (como adiante desenvolveremos). Estas, além do mais, estão em geral orientadas para a reciclagem e não para a reutilização.

Em resumo, o enquadramento em vigor não favorece a adesão à hierarquia dos resíduos, correspondendo ao diagnóstico efetuado pela Zero Waste Scotland no seu território:

As empresas e as autoridades locais devem promover a reutilização, mas não existem incentivos fiscais ou legais para tal. Num contexto (...) de sujeição a metas quantitativas de reciclagem, com sistemas de medição e penalizações por incumprimento, a lógica é a de considerar a reutilização um desejo secundário e não um objetivo central (ZWS 2013).

À luz da hierarquia dos resíduos que a diretiva promove, a reutilização tanto pode ser entendida como estratégia de prevenção de resíduos (que ocupa lugar cimeiro na dita hierarquia) como enquanto forma de gestão de resíduos (logo a seguir à prevenção e antes da reciclagem). A diferença reside na passagem ou não do objeto pelo estatuto de resíduo. A terminologia francesa ajuda a clarificar esta dupla aceção: “*réemploi*” é o que acontece aos objetos que mudam de mãos sem nunca chegarem a ser resíduos, e “*réutilisation*” corresponde ao resgate, para uso idêntico ao que tinham antes de serem descartados, de produtos e componentes. Esta diferença deverá ser refletida nas metas a adotar (se a UE assim decidir), para possibilitar a comparabilidade das práticas entre países. Em entrevista, a RREUSE reporta que, entre as organizações que representa, há casos de operações em que os objetos têm estatuto de resíduo a 100%, assim como há exemplos de operações que nada têm a ver com resíduos (não estando por isso sujeitas à legislação aplicável ao setor); na prática, contudo, o trabalho realizado é muito semelhante.

### *3.2. Dimensão e composição do setor da reutilização*

A Zero Waste Scotland (2013) identificou 1 527 organizações envolvidas em atividades de reutilização na Escócia, sendo que aproximadamente dois terços pertenciam ao setor social (“*charities*”, quase todas, mas também outros tipos de empresas sociais) e o terço restante ao setor lucrativo. Em termos de volume de negócios, no entanto, o setor social gerava apenas mais 14% de entradas de dinheiro do que o lucrativo. Em França, um estudo por ADEME, Deloitte Développement Durable, e Eco BTP (2017) traça um panorama bastante diferente, revelando claramente a prevalência do setor privado lucrativo na atividade nacional de reutilização. Mas o detalhe relativo à composição do dito setor privado lucrativo revela todo um vasto território que ficou ausente do estudo escocês: o das plataformas online, responsáveis por 400 mil das cerca de 1 milhão de toneladas de bens reutilizados em França nesse ano. Para além dessa diferença de âmbito do estudo, também as métricas utilizadas foram diferentes, pois no estudo escocês não foi possível reunir informação suficiente para estimar o peso dos bens reutilizados (por este não ser contabilizado pela maioria das organizações).

Como estes, foram identificados e analisados outros estudos nacionais (Irlanda, Holanda) sobre reutilização. No entanto, no âmbito do presente trabalho não foi possível identificar estudos que permitissem caracterizar o setor da reutilização a nível europeu. A RREUSE, associação que representa (indiretamente) mais de 1 000 organizações (quase todas europeias, mas também dos EUA) tem vindo a compilar, desde 2015, dados anuais sobre os seus membros. Mas o retrato que daí emerge é muito parcial, visto que se trata dos resultados daquelas organizações específicas (todas do terceiro setor, havendo países europeus – como Portugal – sem qualquer representação). Ainda assim, fica o registo das cerca de 1 milhão de toneladas resgatadas de aterro ou incineração (via reutilização e reciclagem) em 2017. Pode surpreender que uma organização focada na reutilização como a RREUSE não distinga, nos números que produz, a reutilização da reciclagem, mas nem todos os membros conseguem fornecer números desagregados: tipicamente, as organizações conduzem ambas as atividades pois é inevitável que parte do fluxo de bens recebido não tenha reutilização possível.

### *3.3. Reutilização solidária: identidade de setor*

O terceiro setor, o da Economia Social e Solidária, tem um lugar especial no panorama da reutilização. Os modelos, as atividades e as problemáticas de uma série de organizações na Europa (e não só) revelaram-se suficientemente semelhantes para que uma identidade transnacional de setor se fosse formando e se cristalizasse na criação, em 2010, da já

mencionada RREUSE – a organização que representa internacionalmente os atores da reutilização solidária. Os membros da RREUSE são organizações, ou redes de organizações, envolvidas na reutilização, reparação e reciclagem de objetos e materiais, e que satisfazem objetivos sociais – em grande medida o de integração pelo trabalho, de desempregados de longa duração, pessoas com deficiência, pessoas com um perfil de abuso de substâncias, sem-abrigo, problemas de saúde mental.

A motivação para a criação da RREUSE foi a revisão programada da diretiva da UE relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (REEE). Várias organizações temiam que essa revisão as viesse a afetar negativamente (dificultando o acesso aos materiais descartados), tendo encetado um esforço colaborativo para influenciar a revisão (que resultou na diretiva REEE 2012/19). A RREUSE prossegue em primeiro lugar uma atividade de *lobbying* junto da EU, procurando transferir conhecimento dos seus membros para os políticos europeus e garantir que as iniciativas legislativas a nível europeu favorecem a reutilização em geral e o trabalho específico destas empresas sociais<sup>11</sup>.

Examinando a lista de membros da RREUSE foi possível detetar, como mencionado, a existência de organizações setoriais nacionais, em países como Espanha (*Asociación Española de Recuperadores de Economía Social y Solidaria*), Holanda e Bélgica; identificámos também, na Austrália, a *National Association of Charitable Recycling Organizations*. Serve esta nota para reforçar o grau de institucionalização e identidade do setor da reutilização solidária atingidos em várias partes do mundo.

#### *3.4. Dimensão ambiental: maior alinhamento do Terceiro Setor com a hierarquia da gestão de resíduos*

Segundo o estudo francês conduzido por ADEME et al. (2017), as organizações da Economia Social e Solidária (ESS) (“atores históricos da segunda-vida dos bens de consumo”) movimentam 20% dos materiais reutilizados. Comparados com o peso das plataformas, acima evocado, e restantes atores privados, estes 20% podem não parecer muito impressionantes. Mas o estudo refere que todos os atores (ESS também) têm vindo a crescer (as plataformas mais do que qualquer outro), fruto de um aumento espetacular da disponibilidade de bens em segunda mão para venda ou cedência. O surgimento massivo de atores comerciais no setor da

---

<sup>11</sup> Estas informações têm como fonte uma entrevista, por mim realizada em Agosto de 2019, com a responsável pelo desenvolvimento da rede e pela inovação na RREUSE.

reutilização (quando antes só os não-lucrativos operavam) alterou o universo de atividade desses atores históricos, que apesar de verem aumentar o fluxo de bens doados viram também decrescer a qualidade dos mesmos, pois a venda capta os melhores itens; esta alteração de qualidade é repetidamente reportada pelas organizações da ESS nos estudos consultados (Zero Waste Scotland 2013, Accenture 2014, Miller et al. 2017), tal como pelas organizações portuguesas contactadas no âmbito deste trabalho. Assim, é importante considerar os 20% do estudo francês à luz destas novas condições.

Curran e Williams (2010) oferecem elementos importantes nesse sentido. Os autores analisaram os resultados dos serviços de recolha de “monstros” (móveis e eletrodomésticos) em Inglaterra e País de Gales. Quando o serviço de recolha, da responsabilidade da autarquia, era delegado em organizações do Terceiro Setor, 40% dos materiais recolhidos eram reutilizados. Quando era o próprio departamento de higiene urbana a gerir o serviço, a taxa média de reutilização era de apenas 2% a 3%. O que este estudo indica é que, num contexto de materiais com fraco potencial comercial, as organizações do Terceiro Setor são capazes de retirar muito mais valor dos mesmos do que os serviços municipais. Apoiando-se neste e noutros estudos de caso (envolvendo também parcerias entre organizações da ESS e o setor privado), Williams, David, Curran, e Schneider (2012) recomendam aos decisores políticos locais, nacionais e internacionais que “acolham a evidência de que o envolvimento de organizações do terceiro setor na provisão de serviços resulta em ganhos sociais e ambientais”, frisando que “estas organizações não devem ser marginalizadas mas encorajadas e apoiadas, sobretudo em tempos de austeridade”. Em França, as organizações da ESS “estão posicionadas sobretudo a montante do setor da gestão de resíduos, nas atividades ligadas à reutilização (“*réemploi*”) e à prevenção” (PIPAME 2017, 26). As empresas de inserção nesta área são numerosas: “sendo as atividades de recolha e triagem altamente vorazes em mão de obra (pouco qualificada), são particularmente propícias a trajetórias de reinserção no mercado de trabalho” (idem). Como ficou sugerido no ponto 1.4, as características específicas das empresas sociais alteram substancialmente a equação no que diz respeito aos custos do trabalho, potenciando a reutilização.

### *3.5. Dimensão social: proeminência da criação de emprego*

Nas organizações de reutilização solidária que fazem parte da RREUSE, a dimensão social traduz-se quase exclusivamente em inserção laboral, o que no jargão do terceiro setor faz delas WISE (*Work Integration Social Enterprises*). O conceito de inserção laboral subentende que os postos de trabalho são criados para serem ocupados por pessoas com maiores



dificuldades em aceder ao mercado de trabalho dito “normal”, por terem algum tipo de deficiência, baixas qualificações, um historial problemático (abuso de substâncias, prisão), entre outros. Em geral, uma WISE oferece um posto de trabalho temporário que serve de transição para o mercado normal, e que pode incluir uma vertente formativa. Há, no entanto, variações neste modelo, podendo os postos de trabalho ocupados por pessoas em situação de fragilidade corresponder a contratos sem termo; ou, como verificaremos ser a norma no caso português, pode o trabalho ser entendido como terapia ocupacional e ser realizado por voluntários que são ao mesmo tempo beneficiários da instituição.

As organizações da reutilização solidária podem também gerar benefícios sociais fora do âmbito da reinserção laboral, como adiante veremos na análise de exemplos portugueses.

### *3.6. Modelos de negócio*

A maioria das organizações da reutilização solidária apresenta uma combinação de fontes de receita da qual os subsídios públicos fazem parte, em maior ou menor grau. (Como teremos oportunidade de verificar, em Portugal o Estado está alheado do universo da reutilização, não se verificando quaisquer transferências financeiras). A atribuição de fundos públicos está em primeiro lugar indexada ao trabalho de reinserção laboral levado a cabo pelas organizações (são disso exemplo os casos belga e francês detalhados no *website*), mas também, em alguns casos, aos serviços ambientais prestados.

Ainda que a reutilização seja o propósito principal das organizações, uma parte das receitas advém da preparação e venda para reciclagem dos bens e materiais que não estão em condições de ser reutilizados. O potencial para reutilização varia conforme o tipo de material, sendo de 65% no vestuário e de apenas 5% nos colchões, segundo o já citado estudo da Zero Waste Scotland. Algumas organizações têm recursos para efetuar reparações, alargando assim a taxa de reutilização, mas também os custos. A prestação de serviços pode ainda fazer parte do *mix* de receitas.

### *3.7. Barreiras e oportunidades*

As evoluções legislativas acima indicadas no ponto 3.1. podem vir a favorecer o universo da reutilização, dada a obrigatoriedade de quantificar esta prática por parte dos Estados-membros e a possível introdução de metas. Ao mesmo tempo, está estabelecido que há larga margem para desenvolver estas atividades: a Zero Waste Scotland (2013) estimava que apenas 37% dos bens reutilizáveis estavam de facto a ser reutilizados, sendo os tipos mais

subaproveitados os colchões, as carpetes, o mobiliário de escritório, os grandes eletrodomésticos, as bicicletas, os livros e a tinta. Também o estudo francês do PIPAME (2017) prevê que o mercado da reutilização progrida significativamente nos próximos anos: 47% dos franceses ainda não consomem bens em segunda mão, e a cultura do consumo responsável, que favorece este mercado, vai de vento em popa. Esta tendência de crescimento do mercado de segunda mão na Europa era já identificada por Arold e Koring em 2008: os autores reportavam um aumento da doação de artigos usados por razões ambientais e sociais, um aumento do “retro-thinking” (recuperação de objetos do passado), e a apetência das gerações mais novas pela aquisição de menos e melhores peças de mobiliário, nomeadamente com valor patrimonial ou artístico.

Há no entanto que encarar com cautela esquemas como os resultantes do princípio da Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP), que podem à primeira vista parecer positivos no que toca à responsabilização financeira de fabricantes e distribuidores pelo fim de vida dos bens que colocam no mercado, mas cujos efeitos perversos estão já documentados. ADEME et al. (2017) mostra que, em França, a RAP favorece apenas marginalmente a reutilização, tendo impacto sobretudo na reciclagem; e que os fluxos das fileiras RAP tendem a concentrar-se nas mãos dos grandes atores do mercado. Fazendo eco desta constatação, Lane e Gumley (2018) verificaram que, na Austrália, a operacionalização da RAP teve como consequência a redução do papel das empresas sociais no tratamento de resíduos – os recicladores comerciais apresentaram ofertas economicamente mais vantajosas para as marcas, sendo que parte dos resíduos acabavam por ser exportados. Assim: uma RAP que não acautele devidamente o tipo de tratamento e o destino dado aos bens em fim de vida pode ser contraproducente, como indicam também a RREUSE (em entrevista) e o estudo holandês realizado pela Accenture (2014). Outra crítica pertinente à RAP é a de, ao focar-se na contribuição dos fabricantes para a recolha seletiva, não colocar pressão para o desenvolvimento de soluções a montante – como o *ecodesign*, que diz respeito a melhorias de conceção que contemplam desde a incorporação de material reciclado à facilidade de desmontagem, grau de reparabilidade e longevidade de um bem (Lane e Gumley 2018)

Em termos de barreiras à reutilização solidária, e sintetizando os resultados dos estudos da Accenture na Holanda /2014), ZWS na Escócia (2013) e CE (2015b), salientamos:

- imagem pública ainda negativa das lojas e produtos de segunda mão;
- aumento das exigências do consumidor, sendo indispensável uma presença *online* de qualidade;

- menor disponibilidade de bens de qualidade para revenda (devido à absorção destes pelas plataformas, como já evocado; à menor qualidade geral dos bens colocados no mercado; e aos efeitos das políticas de Responsabilidade Alargada do Produtor e dos esquemas de retorno ao fabricante);
- falta de capacidade de reparação (recursos humanos); fraca reparabilidade (*design*); difícil acesso a peças de substituição;
- concorrência de produtos importados baratos;
- privilégio histórico concedido à reciclagem, que tem limitado a atenção dada à reutilização tanto no imaginário coletivo como nas políticas públicas.

### 3.8. *Impactos negativos*

Deixamos uma nota em relação aos efeitos perversos que podem ser observados no âmbito das práticas de reutilização solidária, que sem lhes retirar mérito, convidam à reflexão crítica e à instauração de melhores práticas de governança.

É prática comum, no universo da reutilização têxtil, que parte das peças descartadas seja encaminhada para países em desenvolvimento, sob forma de donativos em género ou mercadoria a baixo preço:

Do vestuário doado a organizações caritativas no Reino Unido, apenas 10 a 30% são revendidos no país; o resto é exportado. No Uganda, 81% de todo o vestuário é refugo do Ocidente. Foi amplamente reportado que este fluxo de vestuário em segunda mão destrói as economias têxteis locais (Fashion Revolution 2015).

Como noticiado por *The Guardian* (Laville 2019), também os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos europeus continuam a ir parar a países em desenvolvimento (que muitas vezes não têm capacidade de lidar adequadamente com a toxicidade dos mesmos), embora a exportação destes materiais seja ilegal segundo a convenção de Basileia.

## 4. O setor da Reutilização Solidária em Portugal

### 4.1. Enquadramento e tipologia

A prática da reutilização de bens e materiais está pouco documentada em Portugal. Não nos foi possível identificar nenhum estudo dedicado a esta temática. Derivando a nossa legislação em matéria de resíduos das diretivas europeias, também em Portugal a reutilização aparece acoplada à reciclagem e a monitorização efetuada dá conta da taxa de “preparação para a reutilização e reciclagem”. Em 2017, esta era de 38% dos resíduos urbanos recolhidos pelas entidades gestoras (Lobo 2019); a meta para 2020 é de 50% (APA 2018). Antevendo o incumprimento da meta de 2020, a Agência Portuguesa do Ambiente reviu o seu Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) no sentido de o reforçar, tendo publicado este ano o PERSU 2020+.

Assim, começámos por realizar um levantamento dos atores da reutilização de materiais em Portugal, organizando-os por tipologia nesta tabela (a negrito o nome das organizações junto das quais foi realizada observação e entrevista):

Figura 2. Tipologia dos atores da reutilização em Portugal

FINALIDADE MODELO		Lucrativa	Não-lucrativa
<i>Peer to peer</i>		OLX Custojusto e-Bay	Familiar Freecycle <i>Repair Cafés</i> Ciclofincinas Mercados da troca
Organizações formais	B2B*	Sarah Trading Ultriplo Wippytex Ecorefurb	<b>Entrajuda</b> <b>Bus</b> <b>Projeto Amigo / Cáritas</b>
	B2C*	Kid to Kid Babyloop Cash Converters Lojas segunda-mão	<b>Humana</b> <b>Remar</b> <b>Reto à Esperança</b> <b>Emaus</b> <b>Despertar</b> Renascer Betel <b>Exército de Salvação</b> Lojas sociais

\*B2B: Negócio entre organizações (*Business to Business*); B2C: Negócio entre organização e consumidores finais (*Business to Consumer*)

Fonte: Elaboração própria

O mapeamento apresentado na Figura 2 não é exaustivo; não foi minha intenção recensear todas as organizações, mas apenas identificar as principais e propor uma grelha de classificação, a fim de proporcionar uma visão de conjunto. Assim, pareceu adequado efetuar uma primeira divisão entre a reutilização entre pares e aquela que passa por organizações que se constituíram para esse efeito. Chamo a atenção para o facto de o *peer-to-peer* não-lucrativo incluir modalidades diversas, desde a simples transmissão familiar até eventos colaborativos e gratuitos como *Repair Cafés*<sup>12</sup>, cujo objetivo é realizar reparações em pequenos eletrodomésticos permitindo o prolongamento do seu uso.

Outra divisão estruturante nesta tipologia prende-se com o modelo de negócio. Identificámos tanto entre empresas lucrativas como entre organizações não lucrativas os modelos *business to business* ou B2B (organizações que vendem a outras organizações) e *business to consumer* ou B2C (cujo cliente é o consumidor final). Estas últimas, ressalve-se, incluem também alguma atividade B2B, pois a parte das vendas respeitante aos materiais sem valor de reutilização é feita a empresas de reciclagem.

Olhando para fluxos específicos geridos pelas diferentes organizações, emerge a tendência para a especialização no caso das organizações lucrativas, e o foco em dois fluxos mais rentáveis (têxteis e equipamentos elétricos e eletrónicos) que vários estudos consultados no âmbito deste trabalho também registam (ADEME et al. 2017, Miller et al. 2017, Zero Waste Scotland 2013). Assim, Sarah Trading, Ultriplo e Wippytex (lucrativas) lidam com têxtil, assim como a Humana e a Cáritas/Projeto Amigo (não lucrativas). A WDMI/Ecorefurb faz *refurbishment* (recondicionamento) de material informático, atividade com alto valor acrescentado, e o cerne do negócio da Cash Converters é a revenda de equipamentos elétricos e eletrónicos. Não destacados nos estudos como um fluxo em si, mas constituindo um nicho de negócio com expressão em Portugal, os artigos para criança (equipamentos, vestuário e brinquedos) em segunda mão enchem as lojas do *franchising* Kid to Kid. Note-se a ausência de organizações que lidem com materiais de construção em segunda mão. Ocasionalmente as organizações com maior capacidade de armazenagem (Entrajuda, Remar, Reto) recebem

---

<sup>12</sup> A associação Circular Economy Portugal introduziu este conceito holandês em Portugal, tendo o evento sido replicado, nomeadamente pelo Centro Social de Ermesinde que figura como caso de estudo no *website* [reutilizacaosolidaria.info](http://reutilizacaosolidaria.info).

alguns, mas a cultura de reutilização destes materiais em Portugal é muito incipiente; o projeto Repositório de Materiais<sup>13</sup> (de pequena dimensão) é exceção.

Por último, as lojas sociais ou lojas solidárias são um fenómeno recente que terá sido potenciado pela crise financeira de 2008. Uma das primeiras a surgir, em 2009, foi a loja solidária operada pela Cáritas Diocesana de Lisboa, tendo o conceito sido replicado por paróquias e associações, assim como por Juntas de Freguesia que procuravam dar resposta ao aumento acentuado das situações de carência material entre os seus residentes<sup>14</sup>. A ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) foi contactada no âmbito deste estudo, revelando não dispor de informações sobre a dimensão do fenómeno das lojas sociais de freguesia. Existem várias em Lisboa<sup>15</sup>: disponibilizam gratuitamente, ou a preços simbólicos, vestuário, calçado, artigos de criança e outros bens, doados por residentes.

Das organizações da economia social, a maioria tem estatuto de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), não correspondendo no entanto a uma IPSS típica (ou seja, uma entidade de direito privado que executa serviços sociais da competência do Estado, por ele delegados mediante subsídio); o estatuto de IPSS foi procurado porque comprova a natureza e os fins da instituição, e se traduz em isenções fiscais. Não existe em Portugal nenhuma organização que congregue ou represente os atores da reutilização solidária (ao contrário de Espanha, cuja já citada AERESS tem 40 membros).

A minha interação com a Lipor<sup>16</sup> permitiu-me averiguar que o Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto possui desde 2006 uma Estratégia de Prevenção de Resíduos e que, neste âmbito, são desenvolvidos e apoiados diferentes projetos e iniciativas ligados à reutilização. No *website* [reutilizacaosolidaria.info](http://reutilizacaosolidaria.info) são apresentados dois casos de inovação (Centro de Reparação de Equipamentos Elétricos do Centro Social de Ermesinde, e Vintage for a Cause) que contam com o apoio da Lipor. Estes apoios no âmbito da reutilização são emblemáticos do papel que os serviços de gestão de resíduos urbanos (SGRU) portugueses desempenham no ecossistema da reutilização, e que é de suporte pontual (e que a Lipor, reputada líder em economia circular no seu setor, terá desenvolvido até mais que as suas congéneres). Não pretendo com esta nota diminuir a importância que as entidades

---

<sup>13</sup> <http://www.repositoriodemateriais.pt>

<sup>14</sup> Informação recolhida em reunião com a direção da Cáritas Diocesana de Lisboa, a 13-09-2019

<sup>15</sup> Ver <http://www.cm-lisboa.pt/viver/intervencao-social/lojas-sociais>

<sup>16</sup> <https://www.lipor.pt/pt/>

gestoras têm (e sobretudo podem ter) em matéria de reutilização; são *stakeholders* fundamentais e devem reforçar essa posição, como adiante sugerimos.

#### *4.2. Dimensão social e ambiental*

Se a grande maioria das instituições da reutilização solidária no estrangeiro é composta por empresas de inserção laboral, em Portugal a situação é bastante diferente. Em boa parte das organizações da economia social e solidária B2C listadas no quadro acima, existem poucos ou nenhuns funcionários, sendo o trabalho levado a cabo por voluntários que são ao mesmo tempo beneficiários. Na prática, isto corresponde ao perfil de pessoas que saíram da rua ou de situações de grande precariedade (material, psicológica) para ingressarem nos centros de acolhimento das instituições (onde lhes é assegurado alojamento e alimentação), a fim de realizarem um percurso de reinserção social. Mais de 90% destas pessoas são do sexo masculino. Desempenhar tarefas no âmbito das atividades de reutilização das instituições faz parte do percurso de reinserção enquanto ocupação terapêutica. As instituições não pagam salários a estas pessoas, podendo no entanto afetar-lhes um estipêndio para pequenas despesas pessoais. É este o modelo de relação de trabalho na Remar, Reto à Esperança, Emaús e Despertar.

Só detetei empregos sociais remunerados na Cáritas/Projeto Amigo e na Entrajuda, com vários postos de trabalho ocupados por pessoas com deficiência, ex-sem abrigo ou reclusos sob vigilância eletrónica.

A Remar e a Reto à Esperança reportam uma diminuição nas entradas de pessoas, assim como mudanças de perfil: mais alcoolismo, mais problemas de saúde mental, menos dependência de drogas duras. As mesmas organizações reportam ser regularmente abordadas pela Segurança Social e por hospitais com pedidos de acolhimento para casos aos quais não conseguem dar resposta, como sejam idosos dependentes ou pessoas com problemas psíquicos graves.

Identificaram-se outros benefícios sociais gerados pelas organizações analisadas, a saber, ajuda material a instituições sociais (através da doação de bens, sendo esse o propósito essencial da Entrajuda e da BUS); ajuda material e financeira a países em desenvolvimento (Humana, Remar, Reto à Esperança); ajuda alimentar de rua (Remar, Reto à Esperança, Despertar, Exército de Salvação).

Em algumas destas instituições, o processo de reinserção vai de par com o abraçar de uma vivência religiosa e não pode existir sem ela. Na Remar e na Reto à Esperança, a fé (cristã evangélica) impregna toda a dinâmica interna, tendo uma forte presença discursiva e prática.

Também o Exército de Salvação tem a sua própria igreja, igualmente cristã evangélica. Um dos traços identitários mais fortes da Despertar é precisamente a ausência de orientação religiosa.

A dimensão ambiental da reutilização promovida por estas instituições é, de uma forma geral, subvalorizada ou negligenciada pelas mesmas. Quando questionadas sobre os benefícios da venda de bens usados, as instituições apontam geralmente o baixo custo para o consumidor e decorrente acessibilidade por parte de pessoas com baixos rendimentos, mas não o valor ambiental da compra em segunda mão. A recuperação de objetos tem também um valor de analogia inspiradora, pois tal como os materiais são reparáveis e restauráveis, também as vidas destroçadas se podem restaurar; as duas coisas acontecem em paralelo e em sinergia no seio da organização.

Ainda que a Humana e a Cáritas/Projeto Amigo estejam conscientes do seu contributo ambiental e o comuniquem, é a Entrajuda, na pessoa da presidente da direção, Isabel Jonet, quem mais taxativamente afirma que o impacto primeiro da instituição é ambiental e não social. Estas três instituições desenvolvem trabalho de sensibilização para o desperdício de recursos, nomeadamente junto da comunidade escolar.

#### *4.3. Modelos de negócio*

Nesta secção fazemos uma síntese comparativa dos modelos de negócio das organizações da reutilização solidária. Constatando-se variações importantes a este nível, só a leitura dos retratos individuais das organizações, apresentados no *website*, permitirá apreender a diversidade e particularidades existentes.

**Fornecedores:** Os bens e materiais são doados às organizações, por (maioritariamente) particulares. A exceção é a Entrajuda, à qual as doações provêm sobretudo de (grandes) empresas.

**Atividades principais:** Recolha (a domicílio ou em contentores), transporte de bens, triagem, preparação para reutilização (limpeza, eventual reparação), preparação para reciclagem (desmontagem, agregação por tipo de material). É importante salientar que a reparação é cada vez menos praticada. As organizações reportam falta de competências nesta matéria por parte dos trabalhadores, e também falta de rentabilidade. A Remar possui uma carpintaria em Coimbra, que efetua algumas reparações em mobiliário – mas os ganhos da reparação não compensam os custos do transporte. Por outro lado, a Entrajuda realiza *refurbishment* de material informático, uma atividade de alto valor acrescentado (a organização não vende os equipamentos, mas encaminha-os para IPSSs).



**Práticas de gestão,** nomeadamente monitorização e registo: há grande disparidade de práticas. Na Humana, Cáritas, Entrajuda, BUS e Reto à Esperança, todas as entradas e saídas de material são documentadas por peso e/ou número de itens. Na Remar, Despertar, Exército de Salvação e Emaus apenas é registado o valor das vendas (donativos no caso do Exército de Salvação); não há fixação de preços, sendo o montante a pagar determinado pelo vendedor no momento da compra.

**Recursos humanos:** Prevalece a figura do voluntário/beneficiário que, como indicado, assegura na prática a mão de obra em várias das organizações estudadas. Não existe nestas organizações capacidade para contratar pessoas com competências específicas, o que se repercute na atividade, como abaixo se desenvolve na secção “Barreiras e oportunidades”. Em geral, o trabalho voluntário é fulcral para a sustentabilidade das organizações, sendo o caso mais emblemático o da Entrajuda. Com os seus 300 voluntários de qualificações diversificadas, a organização consegue providenciar serviços às IPSSs e assegurar uma gestão de alta qualidade. As organizações mais profissionalizadas são as do têxtil (Humana e Cáritas/Projeto Amigo).

**Custos e Receitas:** Em todas as organizações, uma parte das receitas provém da venda de materiais a recicladores. Averiguar qual a parte dos materiais que tem esse destino provou ser impossível – porque muitas organizações não mantêm registos discriminados, ou (caso do têxtil) se ignora o destino dos materiais revendidos a outras entidades. Assim, e ainda que alguns entrevistados ofereçam estimativas pessoais, não é viável apreciar quantitativamente a parte efetivamente reutilizada pelas organizações de reutilização.

Se o vestuário e os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos são fluxos facilmente valorizáveis, já o mobiliário que não se consegue vender enquanto tal representa em geral custos para as organizações. Não existem em Portugal fileiras de reciclagem para colchões e sofás, o que significa que o seu descarte se traduz em despesas relacionadas com o transporte e a taxa de deposição em aterro. Em tempos não muito longínquos, o problema resolvia-se queimando esses materiais; hoje as organizações cumprem a lei, mas perante os custos suplementares começaram a cobrar o transporte de bens doados sem potencial de revenda, o que gera animosidade por parte de alguns doadores. O mobiliário de madeira sem potencial de revenda representa para alguns um encargo (loja Remar de Mem Martins), e para outros uma fonte de receitas através da venda para reciclagem (Centro Reto em Vila Nova de Gaia). A BUS e a Cáritas/Projeto Amigo conseguiram negociar com as entidades gestoras de resíduos uma isenção ou redução da taxa de deposição em aterro.

Tal como identificado no ponto 3.8, o destino da roupa usada em Portugal é muitas vezes o estrangeiro, nomeadamente países em desenvolvimento. Aceitando a crítica relativa à asfixia dos mercados locais, as organizações apontam contudo que, nas atuais condições de mercado globalizado, uma eventual paragem no fluxo de roupa usada ocidental daria lugar à oferta de produtos asiáticos de fabrico barato.

Na Remar, Reto e Despertar, os serviços (mudanças, remoção de recheios de casas) são fontes complementares de receitas. Estas organizações recebem importantes donativos em géneros, nomeadamente alimentares.

É interessante determo-nos nos resultados das duas maiores operações da Economia Social e Solidária que lidam com têxtil – Humana e Projeto Amigo/Cáritas. As duas organizações dispõem de quantidades semelhantes de contentores (um pouco acima de mil), tendo recolhido respetivamente 2 875 e um pouco mais de 2 500 toneladas de têxteis em 2018. O que é muito diferente é que a Humana tem uma rede de 13 lojas em Portugal, onde vende parte do vestuário, enquanto o Projeto Amigo não vende ao consumidor final, encaminhando tudo para empresas no estrangeiro. A Humana teve em 2018 um volume de negócios de 4.272.771 EUR, enquanto o Projeto Amigo gerou 752.301 EUR. Mas a operação da Humana tem, naturalmente, muito mais custos associados (e concretizados nomeadamente na remuneração dos 87 postos de trabalho, face a 27 do Projeto Amigo), o que faz com que os montantes que revertem diretamente para projetos sociais não sejam muito diferentes (cerca de 180.169 EUR vs. 167.358, respetivamente).

#### *4.4. Barreiras e oportunidades para a reutilização solidária em Portugal*

Como indicado no ponto 3.1, as diretivas europeias estão a evoluir: separação entre “reutilização” e “reciclagem”, obrigatoriedade de monitorizar e medir a reutilização e as atividades de preparação para a reutilização até 2020, eventuais metas para a reutilização até 2024, recolha seletiva de têxtil obrigatória até 2025 (em certos municípios portugueses onde não existem contentores de recolha têxtil, a parte do têxtil no lixo indiferenciado – que em Lisboa se situa nos 3% – chega a atingir os 20%<sup>17</sup>). Este contexto pode favorecer a reutilização solidária em Portugal, assim como as evoluções positivas do mercado de segunda mão descritas no ponto 3.7. No entanto, e em complemento às barreiras apresentadas para o contexto europeu,

---

<sup>17</sup> Informação fornecida pela empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste

compilamos os problemas identificados durante as visitas e/ou reportados pelas organizações portuguesas:

**Baixa da qualidade dos bens doados:** O aumento do consumo e a obsolescência programada/percecionada traduzem-se num fluxo crescente de descarte; mas a venda entre particulares (OLX) está a fazer baixar as doações de boa qualidade. Lidar com doações de má qualidade tem custos (transporte, deposição em aterro). Perante estas novas condições e o baixo custo do mobiliário produzido na China, a Remar está agora a vender, em complemento ao usado, móveis novos (adquiridos em grandes quantidades pela Remar espanhola).

O projeto Vintage for a Cause reporta que a roupa contemporânea doada é em geral de má qualidade, e que para efeitos de *upcycling* procura trocar alguma dessa roupa por vestuário antigo (de tecido resistente) junto de paróquias ou da Santa Casa da Misericórdia.

**Falta de competências específicas:** Devido ao modelo do voluntário/beneficiário e à dificuldade estrutural do Terceiro Setor em se dotar de algumas competências-chave, faltam a muitas organizações recursos humanos com competências na área da gestão, comunicação e *marketing*. Várias delas manifestaram interesse em, nomeadamente, formar voluntários/beneficiários no sentido de melhorar a relação com os clientes. Faltam também profissionais da reparação e do restauro (não só dentro destas organizações, mas de forma geral).

**Ausência de uma cultura organizacional de (inter)cooperação:** O caso da rede de lojas circulares da Flandres, acima referido no âmbito deste trabalho, é exemplar no que diz respeito a colaboração entre entidades. Mas o modelo parece ser incompatível com o tecido organizacional existente em Portugal. Na Flandres, as organizações reportam à Agência de Resíduos (OVAM), celebram contratos-tipo e têm uma imagem comum. Em Portugal, várias das organizações contactadas manifestam desejo de independência, de “não ter de prestar contas”, e sobretudo de não depender de subsídios. Nota-se ainda alguma animosidade em relação a organizações congéneres (percecionadas como menos meritórias, pelas práticas ou pela cultura interna).

**Estado descomprometido para com a reutilização:** para além de iniciativas pontuais, não existe uma política coerente e abrangente de promoção da reutilização.

**Cultura da reutilização incipiente:** público ainda pouco sensibilizado para os benefícios sociais e ambientais da compra em segunda-mão; valorização do artigo novo.

#### 4.5. Pistas para fortalecer o setor e modelos de colaboração

A partir das barreiras e oportunidades elencadas em 3.7 e 4.4, e sintetizando as recomendações dos estudos europeus (França, Irlanda, Escócia, Holanda) evocados ao longo deste relatório, compilei uma série de sugestões organizadas abaixo no Quadro 4. Nem todas serão igualmente pertinentes e viáveis, estando essa aferição, que exigiria estudo mais aprofundado, fora do âmbito deste trabalho. Assim, o quadro deve ser entendido como um mapa de possibilidades que pode ajudar a traçar caminhos de fortalecimento da reutilização em geral e da reutilização solidária em particular. Transversal a todas as ações elencadas, e como tal indispensável para o desenvolvimento do setor, a ideia de colaboração entre os atores envolvidos.

Quadro 4. Sugestões para o reforço da reutilização solidária

Palavra-chave	Ações	Principais atores envolvidos
<b>Conhecer</b>	- Investigar e medir a reutilização em Portugal	Academia, Agência Portuguesa do Ambiente
<b>Liderar e responsabilizar</b>	- Estabelecer novos fluxos (têxtil, mobiliário) no âmbito da RAP - Estabelecer metas para a reutilização e respetivos mecanismos de fiscalização - Fiscalidade ecológica: ex. IVA reduzido para (certos) bens de segunda-mão - Compras públicas ecológicas - exemplaridade do Estado - Diretivas de <i>ecodesign</i> (longevidade, reparabilidade...) - RAP orientada para prevenção e prolongamento do ciclo de vida	Estado, Agência Portuguesa do Ambiente, Entidades gestoras, Serviços de gestão de resíduos urbanos (SGRU), Fabricantes
<b>Capacitar</b>	- Formação em reparação e <i>refurbishment</i> - Capacitação das entidades da reutilização solidária (gestão, comunicação, marketing, design) - Consultoria e apoios financeiros para a consolidação e perenização dos modelos de negócio das entidades da reutilização solidária - Planeamento urbano orientado para a prevenção de resíduos - Facilitar a disponibilização de espaços, sobretudo nos centros das cidades, às entidades da reutilização solidária	Escolas e Academia, IEFP, Estado, Autarquias, Entidades da economia circular e solidária (ECS)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instaurar e reforçar as tecnologias digitais nas infraestruturas e entidades da reutilização</li> <li>- Garantias e serviço pós-venda para bens em segunda mão</li> </ul>	
<b>Inovar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer pontes entre ecocentros municipais e entidades da reutilização solidária</li> <li>- Criar zonas “segunda vida” (dedicadas ao depósito de bens para reutilização) nos ecocentros</li> <li>- Envolver os atores da reutilização solidária no desenvolvimento e operacionalização da RAP</li> <li>- Modelos de formação e de reinserção laboral ligados à reutilização, (parcialmente) subsidiados</li> <li>- Investigar e fomentar o <i>upcycling</i></li> </ul>	Autarquias, SGRU, IEFP, Fabricantes, ECS, Plataformas de revenda/partilha
<b>Sensibilizar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilizar para a prevenção e reutilização, em detrimento da promoção quase exclusiva da reciclagem</li> <li>- Estimular a separação e doação</li> <li>- Campanhas de comunicação e marketing: promover lojas e compra em segunda mão</li> </ul>	Entidades gestoras, ONGs e associações, ECS, Estado

## 5. O website “reutilizacaosolidaria.info”

A construção do website “reutilizacaosolidaria.info”<sup>18</sup> começou com a escolha do nome de domínio. Foi a necessidade de encontrar um nome que sintetizasse o melhor possível o conteúdo do trabalho que, sensivelmente a meio da sua execução, fez emergir o conceito de “reutilização solidária” – que acaba por me servir de atalho, ao longo deste relatório, para designar o conjunto de atividades que resultam no prolongamento da vida dos bens, praticadas com um intuito solidário por organizações do Terceiro Setor.

O site assumiu rapidamente a estrutura que a seguir reproduzo.

Figura 3. Mapa do website reutilizacaosolidaria.info

A Reutilização Solidária em Portugal: recuperar recursos, restaurar vidas					
Sobre	Benefícios	Panorama nacional	Inspiração	Propostas	Contacto
Contexto do projeto	Economia circular e economia solidária	Enquadramento	RREUSE	Sugestões e ideias para fortalecer o setor	Convite feedback e e-mail
		Estudos de caso	Caso Bélgica		
		Bus			
		Exército de Salvação	Caso França		
		Despertar			
		Entrajuda	Mais inspiração		
		Humana			
		Proj. Amigo			
		Remar			
		Reto			
		Inovação (x2)			

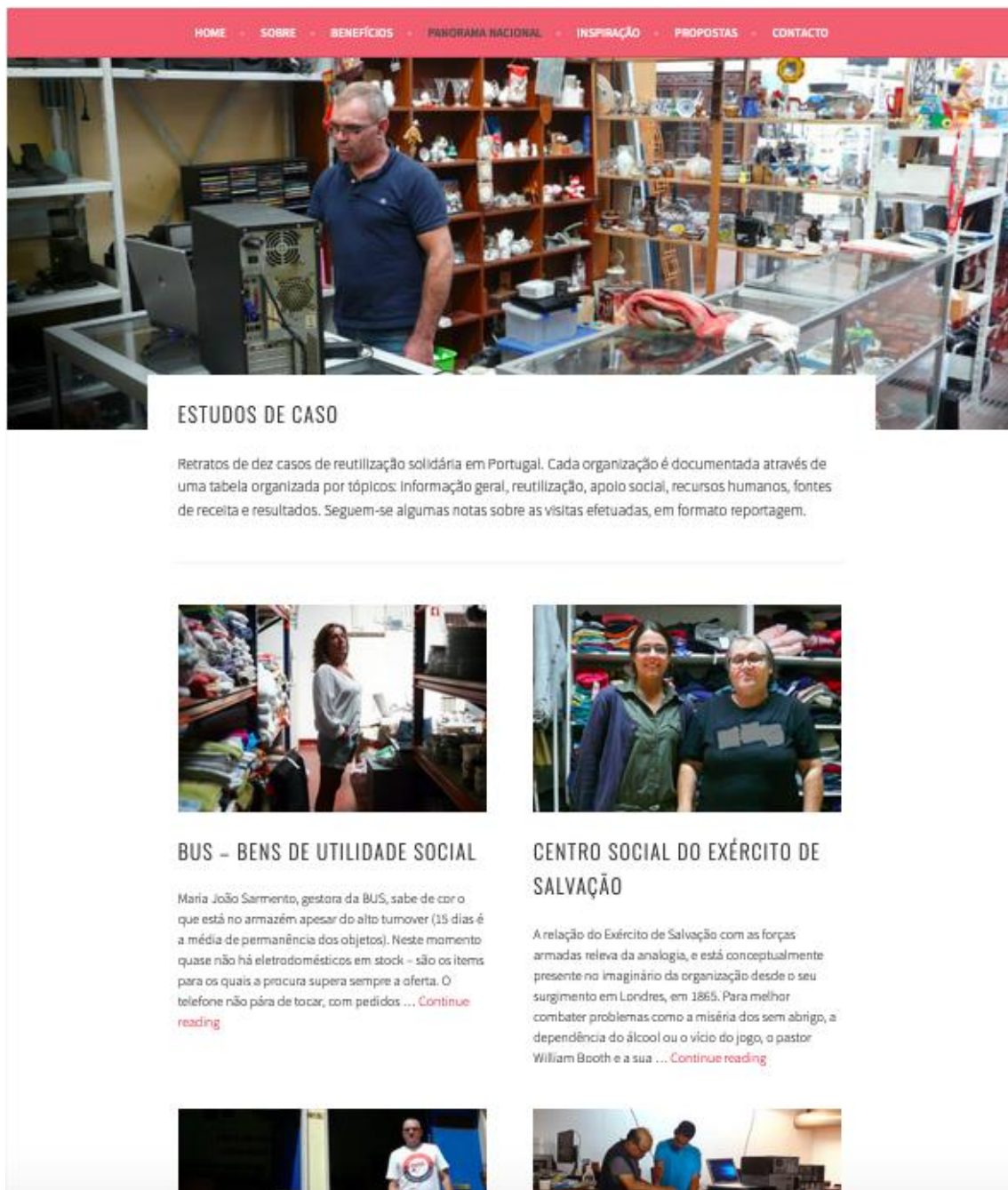
Fonte: Elaboração própria

A secção “Panorama nacional” é o cerne do projeto. Numa fase inicial, considerei realizar retratos das organizações nacionais em formato vídeo – pelo prazer de o fazer, para transmitir mais eficazmente a informação e porque seria uma mais-valia para as organizações passarem a dispor de tal ferramenta. Mas apercebi-me de que o investimento de tempo seria incompatível com as minhas possibilidades. Recorri à fotografia, tentando valorizá-la através

<sup>18</sup> <http://reutilizacaosolidaria.info/>

dos grandes formatos suportados pelo tema *wordpress* escolhido. Uma funcionalidade que se revelou muito útil foi a *grid page*, que permite construir automaticamente grelhas com amostras do conteúdo de páginas selecionadas, permitindo uma visão de conjunto como a da página “Estudos de caso” (que contém amostras dos dez estudos de caso acessíveis no site):

Figura 4. *Screenshot* da página “Estudos de Caso”

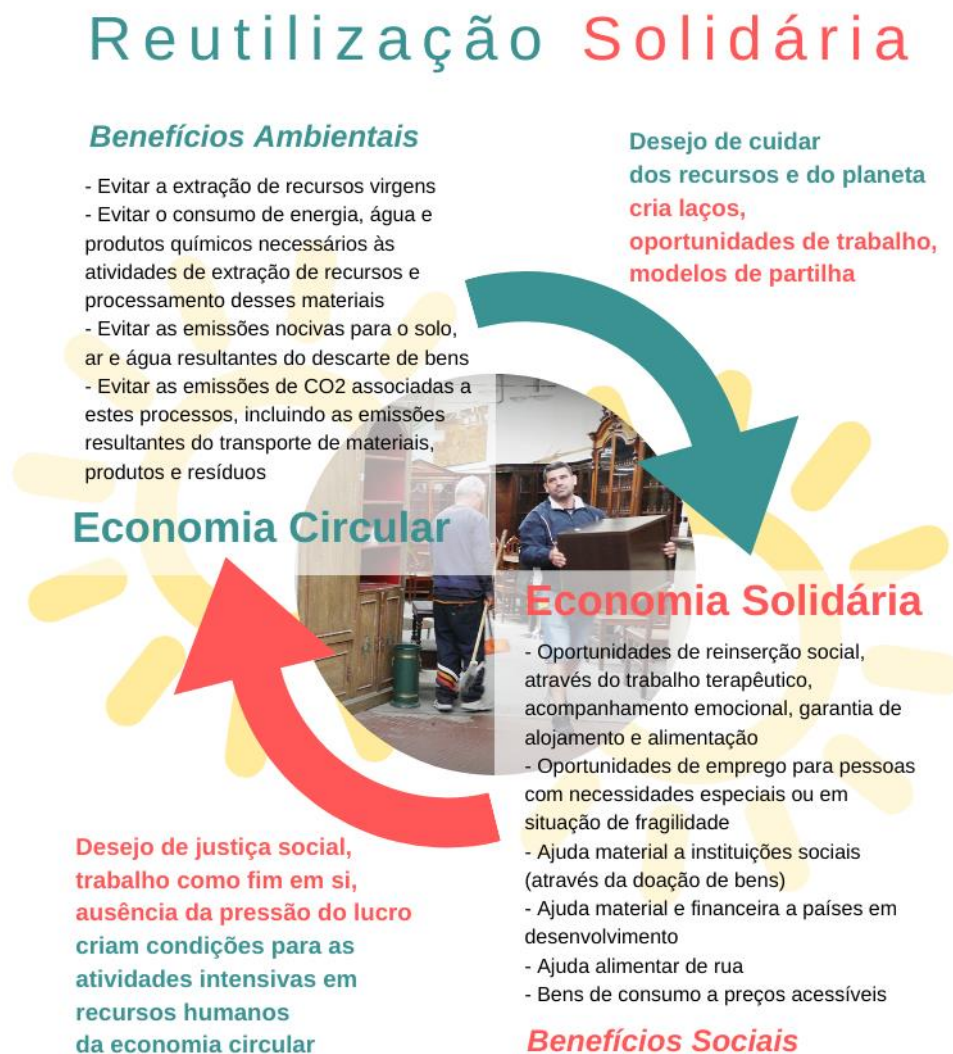


Fonte: <http://reutilizacaosolidaria.info/panorama-nacional/estudos-de-caso/>

A secção “Benefícios” surgiu da vontade de filiar o *website* aos conceitos de economia circular e economia solidária, e de dar aos seus públicos (nomeadamente às organizações do

terceiro setor e outras partes interessadas) a oportunidade de se apropriarem deles. Para tal, produzi um esquema com elementos de design gráfico, na tentativa de facilitar o acesso a uma mensagem bastante técnica e teórica.

Figura 5: A reutilização solidária enquanto terreno de sinergia entre Economia Circular e Economia Solidária



Fonte: <http://reutilizacaosolidaria.info/beneficios/>

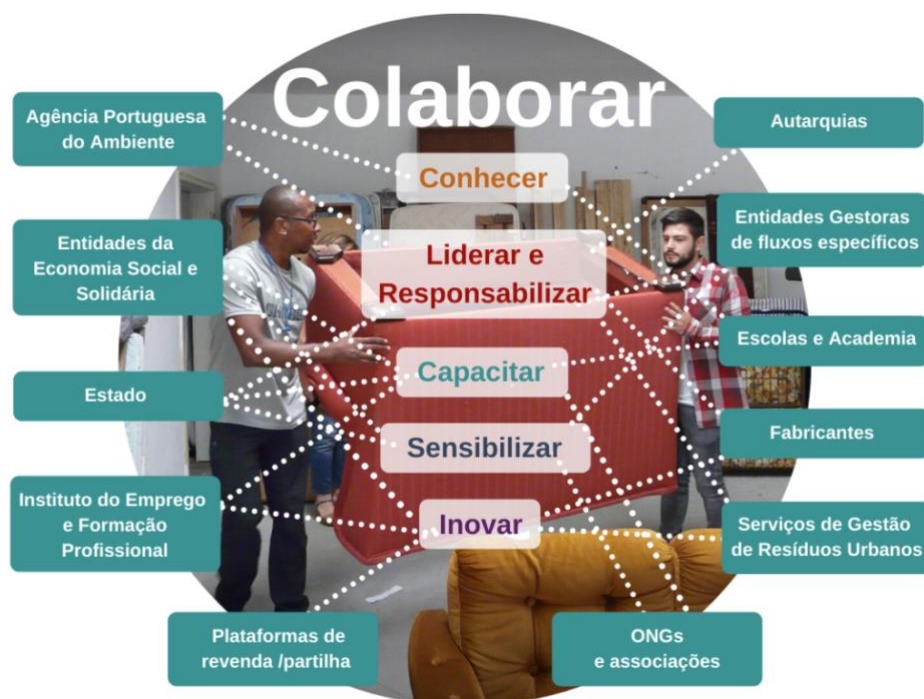
A secção “Inspiração” remete para histórias bastante valiosas para os públicos do *site*, porque referentes a tipos de organizações / projetos / trajetórias organizacionais sem paralelo no contexto português. Há margem para uma evolução dos conteúdos no sentido de um repositório de casos mais estruturado, organizado, por exemplo, por tipos de materiais processados.

A secção “Propostas” elenca as sugestões do Quadro 4, tendo sido minha intenção transmitir a profusão de possibilidades de desenvolvimento para o setor da reutilização solidária



e associar a sua concretização à capacidade de colaboração entre os diferentes atores. À semelhança da secção “Benefícios”, quis aligeirar e dinamizar o conteúdo através de uma representação visual das possibilidades de colaboração entre atores (Figura 6). Optei por veicular apenas parte da informação nessa representação visual, complementando-a com uma tabela para, por um lado, não sobrecarregar a imagem e, por outro, conseguir oferecer um panorama suficientemente detalhado.

Figura 6: Representação visual das possibilidades de colaboração



Fonte: <http://reutilizacaosolidaria.info/propostas/>

## 6. Considerações finais

A realização do *website* “reutilizacaosolidaria.info” e a escrita deste relatório, com as leituras que lhes serviram de base e sobretudo os encontros e descobertas das entidades e pessoas da reutilização solidária, foram muito enriquecedoras. No entanto, como acontece não raro no final de uma tarefa, se tivesse de recomeçar teria procedido de outra forma em alguns aspetos.

Creio que me faltou alguma clareza em termos de método: poderia ter recolhido informação mais rica e sistemática junto das entidades da reutilização solidária (e abordado um maior número de entidades) se tivesse antes processado mais exaustivamente a literatura disponível para construir uma grelha de pesquisa mais robusta, e aplicado essa grelha de forma mais consistente em situação de entrevista. Algumas das minhas interações foram muito livres, num formato “reportagem” no qual me sinto confortável, mas que, embora procurando cobrir os tópicos definidos no guião e suscitando informação inesperada e útil, não produz os mesmos resultados de uma abordagem mais estruturada. Considero que os elementos de reportagem são uma riqueza para o *website*, mas sinto que fica por traçar um panorama mais técnico que, dada a inexistência em Portugal de estudos dessa natureza sobre o fenómeno da reutilização de bens e materiais, teria sido pertinente.

Outra limitação do presente trabalho, que constatei já numa fase final e não consegui remediar por falta de tempo, é a ausência de um enquadramento do fenómeno da reutilização no panorama nacional dos sistemas de gestão de resíduos. As entidades da reutilização solidária que contactei pouco ou nada têm a ver com as operações de gestão de resíduos levadas a cabo pelos municípios através das entidades (inter)municipais competentes; nos estudos e organizações europeias que analisei, pelo contrário, essa articulação verifica-se em diferentes moldes – e pude constatar que, no caso do único serviço intermunicipal que abordei no âmbito deste trabalho (Lipor), estavam em curso alguns projetos de promoção e apoio à reutilização de materiais. Estudei apenas superficialmente as entidades gestoras de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor (ERP e Eletrão), através da leitura dos relatórios de atividade. E não consegui obter resposta da Agência Portuguesa do Ambiente às questões enviadas por e-mail. É uma lacuna importante não poder aferir da visão e da estratégia para a reutilização desenvolvida pelas entidades que operacionalizam e regulam a gestão de resíduos em Portugal – ainda que seja seguro afirmar que, visto a partir “de baixo”, das associações e projetos que encontrei no terreno, o seu contributo prático é, ainda, bastante reduzido. Uma reflexão aprofundada sobre a reutilização

passaria pela compreensão do papel dos grandes atores da gestão de resíduos: reutilizar equivale a prevenir, e ainda que a hierarquia dos resíduos (evocada em 3.1) recomende essa estratégia, a verdade é que

(...) os modelos de negócio, acordos e mercado dos resíduos favorecem a gestão do lixo existente mais do que a sua prevenção. Isto significa, é claro, que quanto mais lixo for gerido, maiores são os ganhos para aqueles que o fazem<sup>19</sup>, o que contraria a ideia de prevenção em toda a linha (Corvellec, Ek, Johansson, Svingstedt, Zapata, e Zapata Campos 2018, 13).

Explorar esta contradição é fundamental.

Chegada ao final deste trabalho de projeto, vejo o *website* “reutilizacaosolidaria.info” como uma ferramenta em desenvolvimento, que poderei utilizar no âmbito da minha atividade na associação Circular Economy Portugal, com grande proveito para esta. As visitas e entrevistas que realizei resultaram indiretamente no alargamento da rede de contactos da associação, e estou certa de que algumas cumplicidades assim estabelecidas surgirão colaborações e projetos; ter no *website* um repositório de informação e ideias permite-nos avançar para eles com outra legitimidade. Dispomos de uma base de conhecimento que é facilmente partilhável e que convida ao envolvimento; e podemos enriquecê-la conforme as necessidades e oportunidades que forem surgindo.

Aqui é muito importante notar que a realização deste projeto foi fundamental para apurar a orientação que desejo dar à missão da Circular Economy Portugal e ao meu próprio trabalho. A encruzilhada entre economia circular e economia social e solidária, que explorei ao longo da primeira secção deste relatório, é o terreno rico que quero continuar a explorar. As organizações que visitei, com todas as idiosincrasias e ineficiências que possam ter, concretizam diariamente o trabalho fundamental, belo, de ajudar pessoas e de cuidar dos nossos recursos. Vejo nelas modelos de atividade económica sustentável: ainda que no futuro deixe de haver fluxos de desperdício que alimentem estas organizações, ainda que no futuro deixe de haver necessidade de postos de trabalho especiais ou de ajudas materiais, o cerne destes projetos é fazer com o que há, fazer com os que estão e sem excluir ninguém – e isso será sempre basilar. São projetos económicos que não se definem pelo simples *output* de bens ou serviços, mas pelo “como” e pelo “porquê”. São projetos sociais que não se definem de modo limitado pelo assistencialismo.

---

<sup>19</sup> Em Portugal, são as grandes construtoras que estão na dianteira do negócio da gestão de resíduos (Leitão 2008)

E são projetos ambientais, mesmo quando não se definem como tal, ou nem saibam que o são. A solidariedade, o despojamento e a criatividade são essenciais.

Por isto que aqui descrevo, não posso também deixar de partilhar aquilo que por vezes me aparece como um paradoxo: ainda que o desejo de fortalecer o setor da reutilização (e seus impactos positivos no ambiente) atravesse todo este meu trabalho, interrogo-me se processos de profissionalização, de melhoria de gestão (e inevitável burocratização), previsivelmente benéficos do ponto de vista do negócio, não serão nocivos ao tipo de reinserção social praticada em algumas destas instituições, podendo resultar numa perda de identidade. Nestas organizações não há conceitos de eficiência; há trajetórias de reconstrução pessoal entre pares. Uma rede de empresas sociais como a francesa ENVIE, empreendedora e eficaz, é também uma “fábrica” de reinserção laboral, com contas a prestar ao Estado que lhe versa subsídios e tempos *standard* de permanência na instituição. Há modelos eficazes que talvez não sejam aplicáveis às instituições que existem no terreno em Portugal, e embora eu considere que o que faz sentido é trabalhar a partir do que já existe, talvez seja necessário que novos atores venham juntar-se ao tecido organizacional existente para que o setor cresça como seria desejável. E quero crer que, num cenário de reutilização crescente, haverá também margem para que os atores atuais se desenvolvam sem abdicarem das suas especificidades.

## Referências

- Académie Française. 2014. “Glaner, Glaneur, Glanure”, *Dire, Ne Pas Dire*, 5 de Maio de 2014, acessado a 20 de Janeiro de 2018. [www.academie-francaise.fr/glaner-glaneur-glanure](http://www.academie-francaise.fr/glaner-glaneur-glanure)
- Accenture. 2014. *Kringloop 2020 Samen Sterk*. <https://www.social-enterprise.nl/wp-content/uploads/2014/05/Rapport-Kringloop-2020-Samen-Sterk.pdf>
- ADEME, Deloitte Développement Durable, eco-BTP. 2017. *Panorama de la Deuxième Vie des Produits en France: Réemploi et Réutilisation: Actualisation 2017*. <https://www.ademe.fr/panorama-deuxieme-vie-produits-france-reemploi-reutilisation-actualisation-2017>
- Allen, Cecilia. 2010. “Flanders, Belgium: Europe’s Best Recycling and Prevention Program”. GAIA – Global Alliance for Incineration Alternatives. <https://www.no-burn.org/wp-content/uploads/ZW-Flanders.pdf>
- Anastasio, Mauro. 2018. “EU Takes Timid Steps towards Circular Economy”. <https://eeb.org/eu-takes-timid-steps-towards-circular-economy/>
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente. 2018. *Relatório Anual Resíduos Urbanos 2018*.
- APA, Agência Portuguesa do Ambiente. 2019. “Fluxos Específicos de Resíduos”. <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=197>
- Arold, Heike e Claudia Koring. 2008. *An Investigation and Analysis of the Second-Hand Sector in Europe*. Institut Technik und Bildung, Universität Bremen. [http://www.rreuse.org/wp-content/uploads/2008\\_second\\_hand\\_sector\\_europe.pdf](http://www.rreuse.org/wp-content/uploads/2008_second_hand_sector_europe.pdf)
- Barca, Stefania. 2017. “Labour and the Ecological Crisis: The Eco-Modernist Dilemma in Western Marxism(s) (1970s-2000s)”. *Geoforum*, 98: 226-235. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.07.011>
- Boulding, Kenneth. 1966. “The Economics of the Coming Spaceship Earth.” In *Environmental Quality in a Growing Economy, Resources for the Future*, editado por H. Jarrett, 3-14. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- CE. 2011. *Roteiro para uma Europa Eficiente na Utilização de Recursos*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0571&from=EN>

- CE. 2015. *Fechar o Ciclo: Plano de Ação da UE para a Economia Circular*. [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:8a8ef5e8-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0007.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:8a8ef5e8-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0007.02/DOC_1&format=PDF)
- CE. 2015b. *Study on WEEE Recovery Targets, Preparation for Re-Use Targets and on the Method for Calculation of the Recovery Targets*. [https://ec.europa.eu/environment/waste/weee/pdf/16.%20Final%20report\\_approved.pdf](https://ec.europa.eu/environment/waste/weee/pdf/16.%20Final%20report_approved.pdf)
- Cirelli, Claudia, e Bénédicte Florin. 2016. “Les Récupérateurs de Déchets: Entre Marginalisation et Reconnaissance”, *Mouvements - Des Idées et des Luttés - 6 Septembre 2016 – Essai et Débat*, acedido a 10 de Novembro de 2017. <http://mouvements.info/recuperateurs-de-dechets/>
- Corvellec Hervé, Richard Ek, Nils Johansson, Annette Svingstedt, Patrik Zapata, Maria José Zapata Campos. 2018. *Waste Prevention is about Effective Production and Thoughtful Consumption, Not about Waste: Seven Lessons from the Research Project From Waste Management to Waste Prevention*. Helsingborg: Universidade de Lund. [https://www.ism.lu.se/sites/ism.lu.se/files/from\\_waste\\_management\\_to\\_waste\\_prevention\\_-\\_final\\_report\\_in\\_english\\_-\\_august\\_2018.pdf](https://www.ism.lu.se/sites/ism.lu.se/files/from_waste_management_to_waste_prevention_-_final_report_in_english_-_august_2018.pdf)
- Curran, A., e I. D. Williams. 2010. “The Role of Furniture and Appliance Re-Use Organisations in England and Wales”. *Resources, Conservation and Recycling*, 54(10): 692-703. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2009.11.010>
- Defourny, Jacques e Jean-Louis Laville. 2007. “Pour une Économie Sociale Revisitée”, *La Revue Nouvelle*, 1-2: 78-83. <http://www.revueouvelle.be/IMG/pdf/078-083defourny.pdf>
- Defourny, Jacques e Marthe Nyssens. 2010. “Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences”, *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1): 32 – 53. <https://doi.org/10.1080/19420670903442053>
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2012. “The EMES Approach of Social Enterprise in a Comparative Perspective”, *EMES Working Papers Series 12/03*. [http://www.emes.net/site/wp-content/uploads/EMES-WP-12-03\\_Defourny-Nyssens.pdf](http://www.emes.net/site/wp-content/uploads/EMES-WP-12-03_Defourny-Nyssens.pdf)

- Demailly, Damien, e Anne-Sophie Novel. 2014. *Économie du Partage: Enjeux et Opportunités pour la Transition Écologique*. Paris: IDDRI/Sciences.Po.  
[https://www.iddri.org/sites/default/files/import/publications/st0314\\_dd-asn\\_eco-partage.pdf](https://www.iddri.org/sites/default/files/import/publications/st0314_dd-asn_eco-partage.pdf)
- EMPOWER-SE, Empowering Social Enterprise Research. 2019. “Theoretical Foundations and News from Central and Eastern Europe” (Podcast, 11 de julho).  
<https://anchor.fm/empower-se-cost>
- EPRS European Parliament Research Service. 2019. “Environmental Impact of the Textile and Clothing Industry”.  
[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/633143/EPRS\\_BRI\(2019\)633143\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/633143/EPRS_BRI(2019)633143_EN.pdf)
- Fashion Revolution. 2015. *It's Time for a Fashion Revolution: White Paper*.  
[https://www.fashionrevolution.org/wp-content/uploads/2015/11/FashRev\\_Whitepaper\\_Dec2015\\_screen.pdf](https://www.fashionrevolution.org/wp-content/uploads/2015/11/FashRev_Whitepaper_Dec2015_screen.pdf)
- Frémeaux, Philippe. 2011. *La Nouvelle Alternative? Enquête sur l'Économie Sociale et Solidaire*. Paris: Les Petits Matins / Alternatives Économiques.
- Hobson, Kersty, e Nicholas Lynch. 2016. “Diversifying and De-Growing the Circular Economy: Radical Social Transformation in a Resource-Scarce World”, *Futures* 82: 15-25. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2016.05.012>
- Hoffmann, Ulrich. 2015. *Can Green Growth Really Work and what are the True (Socio-) Economics of Climate Change?* Berlin: Heinrich Boell Stiftung.  
[https://www.boell.de/sites/default/files/e-paper\\_hoffmann\\_green\\_growth\\_1.pdf](https://www.boell.de/sites/default/files/e-paper_hoffmann_green_growth_1.pdf)
- Jonet, Christian. 2012. “L'Économie Sociale, Levier de la Transition Écologique et Économique”. *Barricade: Culture d'Alternatives*.  
<http://www.barricade.be/publications/analyses-etudes/economie-sociale-levier-transition-ecologique-economique>
- King, Peter. 1992. “Legal Change, Customary Right, and Social Conflict in Late Eighteenth-Century England: The Origins of the Great Gleaning Case of 1788”. *Law and History Review* 10(1): 1-31. <https://www.jstor.org/stable/743812>

- Korten, David. 1995. "The Betrayal of Adam Smith: Excerpts of *When Corporations Rule the World*". <http://barrybeck.com/forms/korten.pdf>, acessado a 1 de Maio de 2018.
- Lane, Ruth, e Wayne Gumley. 2018. "What Role for the Social Enterprises in the Circular Economy?". In *Unmaking Waste in Production and Consumption: Towards the Circular Economy*, editado por Robert Crocker, Christopher Saint, Guanyi Chan, e Yindong Tong, 143-157. <https://doi.org/10.1108/978-1-78714-619-820181012>.
- Laville, Sandra. 2019. "UK Worst Offender in Europe for Electronic Waste Exports: Report". *The Guardian*, 7 de Fevereiro de 2019. <https://www.theguardian.com/environment/2019/feb/07/uk-worst-offender-in-europe-for-electronic-waste-exports-report>
- Leitão, Luís. 2008. "Reduzir, reciclar e reutilizar". *Expresso*, 1 de Maio de 2008. [https://expresso.pt/economia/ecomercados/dinheiro\\_bolsa/dinheiro\\_bolsa\\_sectores/reduzir-reciclar-e-reutilizar=f563622#gs.2klyld](https://expresso.pt/economia/ecomercados/dinheiro_bolsa/dinheiro_bolsa_sectores/reduzir-reciclar-e-reutilizar=f563622#gs.2klyld)
- Lobo, Filomena. 2019. "O PERSU 2020+: Que Desafios Ainda se Colocam?", *Indústria e Ambiente*, 1 de Abril de 2019. <https://www.industriaeambiente.pt/noticias/persu-2020-que-desafios-se-colocam/>
- Mayor, Santiago. 2016. "Cartoneros en Argentina: Una Historia de Organización de los más Humildes", *RT*, 15 de Setembro de 2016, acessado a 15 de Outubro de 2017. <https://actualidad.rt.com/actualidad/218803-cartoneros-argentina-historia-organizacion-humildes>
- McDowall, Jeniffer. 2016. "Spain Becomes First EU Country to Set Target for Reuse". *Resource*, 26 de Abril de 2016. <https://resource.co/article/spain-becomes-first-eu-country-set-target-reuse-11038>
- Miller, Sarah, Jackie McGloughlin, Olivier Gaillot, e Louise Connolly. 2017. *Material Reuse Good Practice Guide*. Wexford: Environmental Protection Agency. [https://www.epa.ie/pubs/reports/research/waste/EPA%20RR%20213Essentra\\_web.pdf](https://www.epa.ie/pubs/reports/research/waste/EPA%20RR%20213Essentra_web.pdf)
- Moreau, Vincent, Marlyne Sahakian, Pascal Van Griethuysen, e François Vuille. 2017. "Coming Full Circle: Why Social and Institutional Dimensions Matter for the Circular Economy". *Journal of Industrial Ecology* 21(3): 497-506. <https://doi.org/10.1111/jiec.12598>



- Parente, Cristina, e Carlota Quintão. 2014. “Uma Abordagem Eclética ao Empreendedorismo Social”. In *Empreendedorismo Social em Portugal: As Políticas, as Organizações e as Práticas de Educação/Formação*, editado por Cristina Parente, 11-74. Porto: Universidade do Porto.  
[https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=16208](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=16208)
- Piketty, Thomas. 2013. “Le Retour du Capital et la Dynamique des Inégalités: Entretien”. *Esprit*, novembro de 2013. <https://esprit.presse.fr/article/piketty-thomas/le-retour-du-capital-et-la-dynamique-des-inegalites-entretien-37600>
- PIPAME. 2017. *Économie Sociale et Solidaire: La Valorisation des Déchets et le Réemploi*. [https://www.entreprises.gouv.fr/files/files/directions\\_services/etudes-et-statistiques/prospective/PIPAME-ESS-valorisation-dechets.pdf](https://www.entreprises.gouv.fr/files/files/directions_services/etudes-et-statistiques/prospective/PIPAME-ESS-valorisation-dechets.pdf)
- Rittel, Horst, e Melvin Webber. 1973. “Dilemmas in a General Theory of Planning”. *Policy Sciences*, 4(2): 155–169. <https://doi.org/10.1007/BF01405730>
- Roque Amaro, Rogério. 2009. “A Economia Solidária da Macaronésia: Um Novo Conceito”. *Revista de Economia Solidária* 1: 11-29.  
[http://base.socioeco.org/docs/revista\\_economia\\_solidaria1.pdf](http://base.socioeco.org/docs/revista_economia_solidaria1.pdf)
- RREUSE. 2018. “RREUSE Position on the Updated EU Waste Framework Directive”. [http://www.rreuse.org/wp-content/uploads/RREUSE-public-position-on-the-WFD\\_2018\\_09\\_17-FINAL.pdf](http://www.rreuse.org/wp-content/uploads/RREUSE-public-position-on-the-WFD_2018_09_17-FINAL.pdf)
- Sahakian, Marylene. 2016. “The Social and Solidarity Economy: Why Is It Relevant to Industrial Ecology?” in *Taking Stock of Industrial Ecology*, editado por Robert Clift e Angela Druckman, 205-227. Cham, Heidelberg, New York, Dordrecht, London: Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-20571-7\\_10](https://doi.org/10.1007/978-3-319-20571-7_10)
- Seippel, Ørnulf. 2000. “Ecological Modernization as a Theoretical Device: Strengths and Weaknesses”. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 2(4): 287-302.  
<https://doi.org/10.1080/714038562>
- Stiegler, Bernard, e Ariel Kyrou. 2016. “Le Revenu Contributif et le Revenu Universel”. *Multitudes* (63): 51-58. <https://www.cairn.info/revue-multitudes-2016-2-page-51.htm>

- Stiegler, Bernard. 2017. “Faire de Plaine Commune en Seine-Saint-Denis le Premier Territoire Contributif de France”. *The Conversation*, 9 de Janeiro de 2017. <https://theconversation.com/conversation-avec-bernard-stiegler-faire-de-plaine-commune-en-seine-saint-denis-le-premier-territoire-contributif-de-france-65931>
- Stiglitz, Joseph. 2017. *Globalization and Its Discontents Revisited: Anti-Globalization in the Era of Trump*. New York: W.W. Norton & Company.
- Szaky, Tom. 2014. *Outsmart Waste: The Modern Idea of Garbage and how to Think our Way Out of It*. San Francisco: Berrett-Koehler.
- TZCLD. 2018. “Territoires Zéro Chômeur de Longue Durée: Un Projet Durable”. <https://www.tzclld.fr/territoires-zero-chomeur-de-longue-duree-un-projet-durable/>
- Veillard, Patrick. 2019. “Fin du Monde, Fin du Mois, Même Combat”, <https://www.oxfammagasinsdumonde.be/blog/2019/08/05/fin-du-monde-fin-du-mois-meme-combat/#.XWZl2qeZPUo>
- Vernier, Jacques. 2018. *Les Filières REP: Responsabilité élargie des Producteurs en Matière de Prévention et de Gestion des Déchets Générés par leurs Produits*. [https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/sites/default/files/REP\\_Rapport\\_Vernier.pdf](https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/sites/default/files/REP_Rapport_Vernier.pdf)
- Walker, Brian, C.S. Holling, Stephen R. Carpenter, e Ann Kinzig. 2004. “Resilience, Adaptability and Transformability in Social Ecological Systems”. *Ecology and Society*, 9(2): 5. <https://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5/>
- Williams, Ian David, Tony Curran, e Felicitas Schneider. 2012. “The Role and Contribution of the Third Sector in Terms of Waste Management and Resource Recovery”. *Waste Management*, 32(10): 1739–1741. <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2012.06.019>
- Yin, Robert K. 2003. *Case Study Research: Design and Methods* (3<sup>rd</sup> Ed). Thousand Oaks: Sage.
- Zero Waste Scotland. 2013. *Scottish Re-Use Mapping and Sector Analysis*. <https://www.zerowastescotland.org.uk/sites/default/files/ZWS%20Re-use%20mapping%20and%20sector%20analysis%20%28MPD001-009%29.pdf>